



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia**

**ÉTICA DIALOGADA, IDEOLOGIA EMANCIPADORA E
ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALGUNS DESAFIOS E
PERSPECTIVAS À EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA E
POLÍTICA DA HUMANIDADE**

Monografia Filosófica

Aluno: Antônio Ferreira Marques Neto.

Orientador: Prof. Dr. Erick Calheiros de Lima.

Brasília, dezembro de 2011

ANTÔNIO FERREIRA MARQUES NETO

ÉTICA DIALOGADA, IDEOLOGIA EMANCIPADORA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ALGUNS DESAFIOS E PERSPECTIVAS À EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA
DA HUMANIDADE

Monografia Filosófica. Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção dos títulos de Licenciado e Bacharel em Filosofia do Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. Erick Calheiros de Lima.

Comissão Avaliadora

Prof. Dr. Erick Calheiros de Lima
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Brasília, dezembro de 2011

“A filosofia não pode se tornar realidade sem a abolição do proletariado, e o proletariado não pode ser abolido sem que a filosofia seja transformada em realidade.”

Marx

"O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós."

Jean-Paul Sartre

"Qualquer caminho é apenas um caminho e não constitui insulto abandoná-lo quando assim ordena o seu coração. Olhe cada caminho com cuidado e atenção. Então, faça a si mesmo uma pergunta: esse caminho possui um coração? Caso afirmativo o caminho é bom. Caso contrário, esse caminho não possui importância alguma".

Carlos Castaneda

AGRADECIMENTOS

Agradeço à totalidade de tudo o que esta sendo...os ventos favoráveis ou não...

Agradeço ao Vegetal (ayahuasca) e à todas as pessoas pelas quais tive acesso ao mesmo.

Agradeço à minha família sanguínea: à minha mãe (Maridee), ao meu pai (Gil), à minha irmã (Idália) que estão na batalha cotidiana. Agradeço ao meu cunhado e amigo (Alex), pai da Isadora, minha sobrinha.

Agradeço à Thaís, companheira de tantos momentos e aprendizados...

Agradeço aos (às) amigos (as) e aos colegas....com quem compartilhamos lutas, caminhadas, moradias...com quem passei momentos de reflexões, indagações, conversas, parcerias, aos amigos da minha terra natal Tupaciguara: Marcelo, Jhonn Alex, Érica, Emília, Rodrigo, Luciana ... aos amigos que conheci em Uberlândia: Luciana, Ana Paula, Luciano, Tamira, Hermann, Fabrício, Márcio, Ivair, Claudiana, Delsione, Denilse, Eni, Heliane, Sinvaldo, Fabíola...Aos amigos que conheci em Brasília, amigos de moradia, de CEU, de Episteria, de RU, de BCE, de UnB, de Filosofia,... com quem tanto aprendi: Alan, Iaiá, Thiago, Vânia, Gui, Mari, Day, Leti, Lau, Paulo Benton, Dri, Luana, Marcelo, Stéphanie, Carol Xuxu, Carol, Maria, Nina, Bayô, Juh, Helson, Leandro, Zé Carlos, Ray, Attyla, Heloísa, Kamilla, Rafa Siqueira, Patrícia Ribeiro, Lucas Amaral, Rafael Reis, Rafael Moreira, Yuri, David, Gley, Eduardo, Molina, Alípio, Mariângela, Becca, Suzane, Paulo, Mariana Cruz, Pedro Amorin, César, Letícia Botelho, Alexandre Magno, Fabiano, Larissa Castro, Thiago Ribeiro, Roberto Vieira, Pedro Piccolo, Paiva, Zahra, Carlos, Igor, Janete, Josiel, Pedro Santos, Kelly, Karen, Lídia, Taísa, Bruno, Washington, Marcelo, João, Luan, Humberto, Glauco, Viviane...

Agradeço ao Kirttan pela confiança e pelo apoio...pelo idealismo e realizações.

Agradeço ao Chico Piauí e à Jacira...pela confiança e pelo apoio.

Agradeço à família da Thaís: Dona Eliane, Sr. Dari, Aline, Gisele e Raphael pela confiança e apoio. Um abraço à pequena Lúcia .

Agradeço à todos professores e professoras, sem exceções, institucionais ou não. Agradecimento especial aos professores (as): Zé Pacheco, Carlos Brandão, Gilson Dantas, Mônica Udler, Paulo Coelho, Rodrigo Dantas , Hilan Bensusan, Erick Lima, Paulo Abrantes, Agnaldo Portugal, Gerson Breia, Scott, Guy, Jean, Miro, Rochelle, Herivelto, Wanderson, Pedro, Márcio, Priscila, Rosa, Luiz Carlos, Penélope, Celeida, Mírian, Flávio, Natan, Volnei, Saulo, Mariana, Daniela, Mercedes, Maurício, Alexandre, Cristineide, Simone,... obrigado pelo aprendizado, pela disposição, pelo apoio, pelas ideias, pelas dicas, pelas leituras, pelas sugestões bibliográficas...sou muito grato por tudo.

Agradeço a todos os servidores da UnB, aos terceirizados, contratados e concursados e em especial aos funcionários do RU, à Dona Joana da CEU e à Maria Terezinha da DDS.

SUMÁRIO

CAPA.....	1
PÁGINA DE ROSTO.....	2
EPÍGRAFE.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
I - A CONSTRUÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE.....	10
a. A FUNDAMENTAÇÃO DE UMA TEORIA DISCURSIVA DA ÉTICA.....	11
b. ENQUANTO O ACORDO SE APRIMORA.....	14
II - A QUESTÃO DA IDEOLOGIA.....	16
a. IDEOLOGIA DOMINANTE E SENSO COMUM: RELAÇÕES DE AFINIDADE.....	20
b. HETEROGESTÃO: COMPETIÇÃO E EXPLORAÇÃO.....	22
c. O IMPERIALISMO, A QUESTÃO NACIONAL E O INTERNACIONALISMO: A ALTERNATIVA GLOBAL NECESSÁRIA.....	26
c.1. Dependência estrutural e transferência das “indústrias poluentes” para o “Terceiro Mundo”.....	28
c.2. A taxa diferencial de exploração.....	28
c.3. Nacionalismo de defesa.....	29
c.4. Internacionalismo positivo.....	30
III - A DIVISÃO DEMOCRÁTICA DO TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO ENTRE TODOS EM CONDIÇÕES DE TRABALHAR: COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO.....	32
a. AUTOGESTÃO.....	33
b. UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE OS DIVERSOS TIPOS DE COOPERATIVISMO EM DESENVOLVIMENTO.....	35
b.1. O cooperativismo de consumo.....	35
b.2. O cooperativismo de crédito.....	35
b.3. O cooperativismo de produção.....	36
b.4 Os clubes de troca.....	37

b.5. O cooperativismo de compras e vendas.....	38
b.5.1. Os catadores de lixo.....	38
b.5.2. As cooperativas agrícolas.....	38
c.PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	46
CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

RESUMO

Este trabalho está dividido em três partes básicas. A primeira delas busca propor uma construção dialogada da ética apontando uma série de procedimentos capazes de assegurar que a vontade coletiva democraticamente organizada seja também um sinônimo para o bem comum. Contudo o diagnóstico é de que parte considerável das condições necessárias para esta construção acontecer não estão dadas. Então enquanto esta construção dialogada da ética por todos não é possível ou é insatisfatória o sujeito da ação tem a possibilidade de se orientar por princípios de universalização fundados na subjetividade e também intersubjetividade em curso, obtendo sentidos e direções possíveis para o agir.

No segundo capítulo, intitulado “A questão da Ideologia” tenta-se inicialmente esclarecer o significado dado ao termo no contexto, que é o de ideologia não como instrumento de dominação mas sim como todo e qualquer conjunto de valores. Procura-se então, baseado nos princípios éticos explicitados no capítulo anterior, distinguir dois conjuntos de valores básicos, sendo que um serve à causa da emancipação política e econômica da humanidade e o outro serve à causa da dominação. Procura-se de igual modo explicitar a relação de afinidade estrutural entre a ideologia dominante e o senso comum. Entre as estruturas sociais que reforçam e são reforçadas pela ideologia dominante merecem destaque a divisão hierárquica e alienada do trabalho produzindo e sendo produzida por ações competitivas, pela heterogestão e pela exploração econômica. Este quadro de dominação perfaz a quase totalidade do social desde as micro relações até às macro relações o que nos conduz à problematização do imperialismo, manifesto nas suas diversas formas interdependentes, entre elas, a transferência de indústrias poluentes para o chamado terceiro mundo e pela taxa diferencial de exploração do trabalho. Diante de tal diagnóstico, a reflexão é conduzida para uma solução que articula um nacionalismo de defesa com um internacionalismo positivo. E por último entramos no campo da economia solidária, propriamente dito, propondo como solução para os problemas encontrados a divisão democrática do trabalho socialmente necessário entre todos em condições de trabalhar pelo cooperativismo, pela economia solidária e pela autogestão. O texto é finalizado com uma breve explicação sobre os diversos tipos de cooperativismo em desenvolvimento no Brasil e no mundo e avaliando e apontando perspectivas possíveis para a economia solidária.

PALAVRAS CHAVE: Ética, Ideologia, Emancipação, Economia Solidária.

ABSTRACT

This work is divided into three basic parts. The first propose construction of dialogical ethics pointing to a series of procedures that Ensures that the collective will democratically organized is also a synonym of the common good. However, the diagnosis is that a considerable part of the necessary conditions for this construction are not given. So while this construction of the dialogical ethics by all is not possible or is unsatisfactory the subject of the action has the opportunity to be guided by universal principles based in subjectivity and intersubjectivity in course, getting possible directions for action.

In the second chapter, entitled "The Question of Ideology" tries to initialy clarify given the meaning of the term in context, which is not the ideology with an instrument of domination but with an set of values. Basing on ethical principles were explained as in the previous chapter, distinguish two sets of basic values, one that serves the cause of the political and economic emancipation of humanity and the other that serve the cause of domination. Wanted explain the relationship of structural affinity between the dominant ideology and common sense. Among the social structures that reinforce and are reinforced by the dominant ideology worth mentioning the hierarchical and alienated division of labor that is produced and produces competitive actions, straight-management and economic exploitation. This framework of domination permeates almost all of the social relations from the micro to the macro relations which leads to the questioning of imperialism, manifested in its various forms interdependent, including the transfer of polluting industries to the so-called third world and the differential rate of the exploitation of labor. Faced with such a diagnosis, the reflection is conducted to the solution that combines the defensive nationalism with an internationalism positive. Finally we enter the field of solidarity economy proposing a solution to the problems encountered in the democratic division of labor among all able to Work. Having as with referentials the cooperatives and the self-management. The text ends with a brief explanation of the various types of cooperative development in Brazil and the world and evaluating possible perspectives for to the solidarity economy.

KEYWORDS: Ethics, Ideology, Emancipation, Solidarity Economy.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é pensar uma questão premente para o nosso tempo: qual o tipo de organização social podemos e queremos construir enquanto indivíduos passíveis de acordos, de planejamento e intervenções conscientes? Enquanto esta resposta não pode ser respondida por todos, a pergunta consequente, tentando se colocar no lugar do outro, recai na seguinte questão, quais são as reivindicações prováveis de cada indivíduo e de cada coletivo? Elas são passíveis de conciliação? Ou seja, a materialização de tais propostas poderiam ser desejadas e benéfica para todos, pressupondo sujeitos livres? Neste sentido, as preocupações do trabalho se alinham com as preocupações de inúmeros grupos sociais no anseio de mais equidade, de mais liberdade, de mais justiça, enfim, de cada vez mais felicidade e menos sofrimento para todas as pessoas e inclusive para todos os seres capazes de sofrer.

Com a marcha em curso da destruição até mesmo de nossas bases materiais, o questionamento crítico e fundamentado da nossa organização social torna-se não somente problemas teóricos no campo político, social e filosófico com os quais deparamos, mas um imperativo ético preservador da sobrevivência da espécie humana.

Apesar das evidentes patologias sociais as mediações institucionais historicamente desenvolvidas para o exercício do poder político na sociedade capitalista, continuam a se mostrar como poderes separados e acima da sociedade, continuam a se mostrar como estruturas impermeáveis à transformação social e à democratização efetiva e substancial das relações sociais de produção, de propriedade e de poder.

Até mesmos os direitos humanos elementares tornam-se abstrações cuja efetiva implementação carece de uma rede de práticas materialmente sustentadas e socialmente viável, mantendo assim, o contraste entre a realidade que existe por toda parte e as potencialidades humanas. Se quisermos diminuir progressivamente este contraste a questão importante está em detectar o existente, projetar o possível e transformar a potencialidade em realidade.

I - A CONSTRUÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE

É possível à humanidade progredir lentamente até uma reciprocidade universal em que as normas, constantemente abertas para reflexões e alterações, substituam para sempre a guerra. Uma das tarefas na construção de um mundo para todos é a construção permanente de um acordo. E para tal precisamos saber o que interessa a cada um com sua “concepção de mundo”, a cada categoria trabalhista, a cada classe social, a cada etnia, a cada gênero, a cada raça, a cada geração, ...

Somente um esforço de cooperação que construa democraticamente a vontade coletiva, uma *intersubjetividade*, uma busca de acordo e de compreensão do mundo inclusiva, nos permitirá superar dialogicamente as tentativas de atribuir interesses aos outros. Só um processo de entendimento mútuo, intersubjetivo, pode levar a um acordo que seja de natureza reflexiva.

“Ao invés de prescrever a todos os demais como válida uma máxima que eu quero que seja uma lei universal, tenho que apresentar minha máxima a todos os demais para o exame discursivo de sua pretensão de universalidade. O peso desloca-se daquilo que cada (indivíduo) pode querer sem contradição como lei universal para aquilo que todos querem de comum acordo reconhecer como norma universal.” (Mc Carthy, T, Frankfurt, 1980, p.371 apud HABERMAS, 1989, p.88)

Somente uma efetiva participação de cada pessoa concernida pode prevenir a deformação de perspectiva na interpretação dos respectivos interesses próprios pelos demais. Nesse sentido, cada qual é ele próprio a instância última para a avaliação daquilo que é realmente de seu próprio interesse. Se um modo de agir é, em cada caso, do interesse próprio, cada indivíduo tem que respondê-la, ao fim e ao cabo, por si só. (HABERMAS, 1989, p.89) Se uma norma é boa para cada um dos concernidos é algo que os próprios concernidos devem afirmar num processo comunicativo. (Habermas, p.115 e 117 In: Habermas & Luhmann, 1971, 101-141 apud HABERMAS, 1989, p.9)

Por outro lado, porém, a descrição segundo a qual cada um percebe seus interesses deve também permanecer acessível à crítica pelos demais. (HABERMAS, 1989, p.88)

São comunicativas as interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação. O acordo alcançado em cada caso é medido pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. (*Ibid*, 1989, p.79)

Na ação comunicativa trata-se de questões do agir teleológico: “O que quero fazer?” e “O que posso fazer?”, não da questão moral: “O que devo fazer?”. Tugendhat põe em jogo o ponto de vista deontológico ao ampliar a fundamentação das intenções próprias de cada um de modo a abranger a fundamentação das intenções coletivas de um grupo: “Com que modo de

agir em comum queremos nos comprometer?”, ou: “A que modo de agir em comum queremos nos obrigar?”. Com isso, entra em cena um elemento pragmático. Pois quando o modo de agir carente de fundamentação é de natureza coletiva, os membros do coletivo têm que chegar a uma *decisão* comum. Numa busca de acordo, os participantes tentam ter clareza sobre um interesse comum; ao negociar um compromisso, eles tentam chegar a um equilíbrio entre interesses particulares e antagônicos. (HABERMAS, 1989, p.93) Eles têm que tentar convencer-se mutuamente de que é do interesse de cada um que todos ajam assim. Em semelhante processo, *cada um* indica ao *outro* as razões por que ele pode querer que um modo de agir seja tornado socialmente obrigatório. Uma norma que passa a vigorar por essa via pode-se chamar “justificada”, porque a decisão alcançada argumentativamente indica que ela merece o predicado “igualmente boa para cada um dos concernidos”. (*Ibid*, 1989, p.91-2) As argumentações são destinadas antes de mais nada a produzir argumentos concludentes, capazes de convencer com base em propriedades intrínsecas (consistência - ausência de contradição, p.ex.) e com os quais se podem resgatar ou rejeitar pretensões de validade. O termo “justificado” não significa, inicialmente, outra coisa senão que os concernidos têm boas razões para se decidirem por uma linha de ação comum. (*Ibid*, 1989, p.96)

a. A FUNDAMENTAÇÃO DE UMA TEORIA DISCURSIVA DA ÉTICA

A fundamentação de uma teoria discursiva da ética pode ser feita, no essencial, pelos seguintes passos.

(1) pela indicação de um *princípio de universalização* (U) introduzido como regra de argumentação para discursos práticos. O princípio de universalização foi proposto por Habermas e distingue-se tanto de Rawls quanto do Imperativo Categórico de Kant sobretudo por estar fundado numa intersubjetividade;

(1.a) O *princípio de universalização* (U) diz que toda norma é *universalmente* válida quando os efeitos laterais de seu cumprimento geral para a satisfação dos interesses de cada indivíduo possam ser aceitos sem coação por todos os afetados. Ninguém que possa trazer uma contribuição relevante deve ser excluído, o que demandará publicidade e inclusão. O Discurso precisa ser um dispositivo assegurado por meio de regras da comunicação que todos os concernidos disponham da mesma chance de participar da constituição de um compromisso equitativo. A necessidade da argumentação explica-se por razões que têm a ver com a possibilitação da participação e não do conhecimento. (HABERMAS, 1989, p.89)

“A exigência da racionalidade é admitir os argumentos do inimigo, se esses forem sensatos; ao passo que a exigência da moralidade é que seja dado o direito de falar até mesmo àqueles que ainda não podem argumentar adequadamente. De uma

maneira ainda mais enfática, podemos dizer que as obrigações da racionalidade se referem aos argumentos independentemente da pessoa que os pronuncia, enquanto que as obrigações morais dizem respeito às pessoas independentemente de seus argumentos” (Wellmer, 1986, p. 108 apud MILOVIC, 2002, p.234)

Uma intersubjetividade requer um processo bem ordenado da comunicação. Uma busca de validade progressiva deve permitir-se justificar contra objeções sempre novas, desde fóruns sempre mais amplos, perante um público sempre mais competente e maior. Este procedimento não protege os argumentos contra ninguém nem contra nada. O processo de argumentação como tal deve permanecer aberto para todas as objeções relevantes e para todos os aperfeiçoamentos das circunstâncias epistêmicas (Habermas, 2002, p.59 apud BARBOSA, in: MILOVIC e Outros, 2006, p.252).

É importante dizer que a pretensão não é por um consenso absoluto, entendido como eliminação absoluta das contradições, mas sim como um procedimento que ao mesmo tempo que busca o consenso, busca também parametrar o dissenso, respeitando assim as diferenças, as divergências, as multiplicidades, as singularidades, talvez irreduzíveis. Quanto mais disposição as pessoas possuírem de fazerem acordos consigo mesmas, de modo a fazerem acordos com os outros, então mais os envolvidos se aproximarão de um verdadeiro consenso. Pode ser que a validade absoluta jamais seja alcançada, assim ela pode ser entendida como um projeto, não uma qualidade factualmente possível. (Benvindo, J. Z., in: MILOVIC e Outros, 2006, p.288.)

(2) pela fundamentação do *princípio de universalização* por um *princípio ético-discursivo* (D). O *princípio ético-discursivo* (D) diz que uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um Discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma. Esse *princípio* já pressupõe que a escolha de normas *pode* ser fundamentada. (HABERMAS, 1989, p.86, 98, 143)

(3) pela identificação de pressupostos pragmáticos da argumentação que sejam inevitáveis e tenham um conteúdo normativo. Com esta etapa busca-se encontrar contradições performativas e baseia-se num procedimento maiêutico, que serve para: (3a) chamar a atenção do cético, que apresenta uma objeção, para pressupostos dos quais ele tem um saber intuitivo; (3b) dar uma forma explícita a esse saber pré-teórico, de modo que o cético possa reconhecer suas intuições na descrição dada; e (3c) examinar com base em contra-exemplos a afirmação

feita pelo proponente da falta de alternativas para os pressupostos explicitados. (HABERMAS, 1989, p.119-20);

Neste plano lógico-semântico R. Alexy (in: *Oelmlüller*, 1978 apud HABERMAS, 1989, nota 7, p.112) propõem os seguintes pressupostos argumentativos a serem tomados como exemplos de regras:

(3.1) A nenhum falante é lícito contradizer-se.

(3.2) Todo falante que aplicar um predicado F a um objeto *a* tem que estar disposto a aplicar F a qualquer outro objeto que se assemelhe a *a* sob todos os aspectos relevantes.

3.3) Não é lícito aos diferentes falantes usar a mesma expressão em sentidos diferentes. Os participantes devem pretender o que dizem, para tal é necessário a exclusão de enganos e ilusões, sendo sensível contra o auto-engano criticamente, tanto em relação à autocompreensão como referente à compreensão do mundo dos outros. O consenso só pode ser legitimamente alcançado se todos os participantes da comunicação estiverem dando o mesmo sentido às mensagens veiculadas, para isto é importante que os processos de emissão e decodificação de mensagens deem-se unicamente através da linguagem em seu estado denotativo.

Para ser “justo com os adversários”, é necessário esforçar-se para compreender o que eles realmente quiseram dizer, e não fixar-se maliciosamente nos significados superficiais e imediatos das suas expressões. (GRAMSCI, 2001, v.1, p.124)

(4) a exposição explícita desse conteúdo normativo, por exemplo, sob a forma de regras do Discurso (Alexy propôs as seguintes regras do Discurso);

(4.1) É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de Discursos. Direitos comunicativos iguais: a todos são dadas as mesmas chances de se expressar sobre as coisas;

(4.2) a. É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção;

b. É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no Discurso;

χ. É lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades.

(4.3) Não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do Discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em (4.1) e (4.2). (HABERMAS, 1989, p.112). A comunicação deve basear-se na não-coação, ou seja, estar livre de

restrições que impedem que o melhor argumento venha à tona e determine a saída da discussão. Espera-se um ambiente em que os que dialogam sejam livres e sejam não participantes de uma relação de subordinação. É preciso garantir que os assentimentos dados pelas pessoas concernidas sejam espontâneos.

“A forma da argumentação deve evitar que alguns simplesmente sugiram ou mesmo prescrevam aos outros o que é bom para eles. Ela deve possibilitar, não somente a imparcialidade do juízo, mas a ininfluenciabilidade ou a autonomia da formação da vontade. Nesta medida, as regras do Discurso têm elas próprias um conteúdo normativo; elas neutralizam o desequilíbrio de poder e cuidam da igualdade de chances de impor os interesses próprios de cada um. A forma da argumentação resulta assim da necessidade da participação e do equilíbrio de poder. Se uma norma é “igualmente boa para todos”, exige a avaliação imparcial dos interesses de todos os concernidos. Essa exigência não é satisfeita pela simples distribuição igual das chances de impor os interesses próprios. A imparcialidade da formação do juízo não pode ser substituída pela autonomia da formação da vontade.” (*Ibid*, 1989, p.92-3)

(5) a comprovação de que há uma relação de implicação de normas.

Com esta dinâmica pode se construir de modo justo normas morais e do direito justas. Esta construção da intersubjetividade requer, muito mais, uma comunicação livre (descomprimida, sem coação) sobre os objetivos da *práxis* da vida. É possível à humanidade progredir lentamente até uma reciprocidade universal em que as regras substituam para sempre a guerra. Juntos podemos organizar a sociedade exclusivamente sobre a base de uma discussão livre de qualquer forma de dominação repressiva, criando um mundo socialmente justo, ecologicamente sustentável e politicamente democrático, possibilitando uma sociedade que assuma autonomamente o controle político de seus próprios destinos e vivências.

b. ENQUANTO O ACORDO SE APRIMORA

A aceitação dos argumentos acima significa, entre outros sentidos, que questões de justiça podem apenas ser postas sem que possam ser respondidas satisfatoriamente por antecipação. Mas infelizmente as condições necessárias para tal comunicação ainda não estão dadas. Há sérias limitações históricas e estruturais que pesam sobre qualquer comunicação nas sociedades de classe impedindo um genuíno diálogo e alternativas hegemônicas à comunicação ideologicamente distorcida. Entre as principais estruturas coercitivas que impedem a construção permanente da intersubjetividade está a própria sociedade de classes com sua divisão hierárquica e alienada do trabalho e sua correspondente cultura dominante hegemônica nos meios de comunicação de massa monopolizados. Devido os interesses contraditórios é impossível um verdadeiro acordo transclassista.

Gayatri Spivak (2010) também apresenta questionamentos oportunos que aparecem no

próprio título do seu livro “*Pode o subalterno falar?*”.

“O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (Spivak. 2000, p. xx apud SPIVAK, 2010, p.12)

As sólidas *relações de poder* socioeconômicas e políticas no interior das sociedades de classe simplesmente impossibilitam um genuíno *diálogo*. As margens de ação dos membros das classes que participam de um possível acordo – incluindo as margens de sua “ação comunicativa” - são *estruturalmente preconcebidas* em favor da *ordem dominante*. (MÉSZÁROS, 2004, p.83)

“Assim, como resultado de tal “diálogo” *necessariamente* viciado, o que parece ser um “consenso” é na verdade o resultado, imposto de maneira mais ou menos unilateral, das *relações de poder* dominantes, que assume muitas vezes a enganosamente não-problemática forma de um intercâmbio comunicativo “produtor de concordância”.” (Ibid, 2004, p.84)

Infelizmente a historicidade humana predominante ainda tem sido ou belicosa ou se “comunicativa”, não orientada ao entendimento. Tem se estabelecido majoritariamente relações assimétricas de poder e não relações dialogadas sobre significados e sentidos, valores e percepções motivadas por interesses sinceros de encontrar saídas para os conflitos. Encaminhamentos que sejam soluções igualmente boa para todos os envolvidos.

E mesmo que o acordo fosse possível, em países com fortes tensões, fruto das desigualdades e da exclusão social, podemos precisar de soluções, às vezes, mais imediatas do que a construção democrática da vontade coletiva possibilite. Temos contudo a possibilidade de formular *orientações generalizadoras para a ação justa* ou ainda *princípios de universalização fundados na subjetividade e intersubjetividade em curso*, obtendo sentidos e direções possíveis para o nosso agir. Estes princípios podem ser formulados atribuindo interesses aos que não se manifestaram, seja por impossibilidade, seja por desinteresse ou por quaisquer outros motivos. Para tal se utiliza do aprendizado sempre incompleto de se *reconhecer uns nos outros e no todo* com o aprimoramento advindo dos interesses já manifestados, ou seja, na intersubjetividade historicamente em curso.

Tanto para Kant quanto para Rawls é possível uma avaliação imparcial de questões práticas baseada em argumentos. Um raciocínio verdadeiramente moral envolveria aspectos tais como imparcialidade, universalidade, reversibilidade e prescritividade. (HABERMAS, 1989, p.146) Como Kant, no seu Imperativo Categórico (“Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por tua vontade, lei universal da natureza”), Kohlberg operacionaliza de tal

maneira o ponto de vista da imparcialidade que cada indivíduo possa empreender por si só a tentativa de justificar normas básicas. Para ele é possível assegurar a consideração imparcial de todos os interesses afetados pela iniciativa do sujeito, que julga moralmente e que se coloca num estado originário fictício excluindo os diferenciais de poder, garantido liberdades iguais para todos e deixando cada um na ignorância das posições que ele próprio assumiria numa ordenação social futura, não importa como organizada.

"Uma solução justa para um dilema moral é uma solução aceitável para todas as partes, cada qual considerada como livre e igual e na suposição de que nenhuma saiba que papel viria assumir na situação (problemática)" (Kohlberg, L. in: *Journal of Philosophy* 70, 1973, 632-3 apud HABERMAS, 1989, nota 13, p.53).

Em Habermas também podemos encontrar formulações possíveis e complementares para o julgar e o agir: "Os fins do bem-estar particular estará em consonância com o bem-estar de todos os outros." (HABERMAS, 1994, p.115)

Neste sentido, os sofrimentos evitáveis são, na leitura de mundo aqui materializada, "argumentos" suficientes que reafirmam a necessidade de buscarmos uma forma de organização social e econômica que ultrapasse as potencialidades oferecidas à humanidade pelo capitalismo, superando as desigualdades que lhe são inerentes. A fome, o frio inevitável, as doenças preveníveis e curáveis, a escassez, a má distribuição, a miséria, o luxo, a pobreza, a alta mortalidade infantil, o racismo, o sexismo, o especismo, a ameaça de aniquilação nuclear, o trabalho escravo, o desemprego, a exploração, a devastação do meio ambiente, a opressão, a dominação, o latifúndio, o analfabetismo, a precariedade da saúde, do transporte e da educação públicas,... todos são problemas que impedem uma vida melhor para todos.

II - A QUESTÃO DA IDEOLOGIA

Neste primeiro momento, utilizaremos o termo ideologia para designar uma forma específica de consciência social. Sua existência, neste sentido, está relacionada com a articulação de conjuntos de valores e comportamentos que tentam administrar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. (MÉSZÁROS, 2004, p.65). Parte-se do pressuposto de que qualquer leitura de mundo e ação sobre o mesmo está baseada em valores, e que portanto é uma escolha inevitável de uma alternativa específica em detrimento a outras carregando inevitavelmente um compromisso ideológico. Segundo esta definição, mesmo numa possível sociedade sem classes, haveria ideologia, pois não há um ponto exterior passível de ler o mundo e agir sobre o mesmo que seja desprovido de uma horizonte valorativo, ou seja, todo sistema de pensamento, é "incorrigivelmente", também uma

ideologia. (*Ibid*, 2004, p.310) Outra questão que também prosseguir da anterior é qual ideologia convém à causa da emancipação e qual se alinha contra ela?

Aceitando a definição de justiça exposta no capítulo anterior e aceitando que os princípios propostos se seguidos conduzem à mesma é possível deduzir que os valores decorrentes da aceitação e aplicação correta seja do acordo que segue os procedimentos e princípios, seja dos princípios, serão valores favoráveis e comportamentos que participam do conjunto que podemos chamar de ideologia emancipadora.

Podemos diferenciar inúmeros sistemas de pensamento, nas suas inúmeras combinações e gradações, mas para fins didáticos pode-se dividi-los em dois sistemas de pensamento fundamentalmente antagônicos. No quadro abaixo chamaremos um sistema de valores e comportamentos de ideologia da emancipação e o outro de ideologia da dominação.

IDEOLOGIA DA EMANCIPAÇÃO	IDEOLOGIA DA DOMINAÇÃO
cooperação, apoio-mútuo, solidariedade	concorrência, competição, individualismo
democracia, participação	autoritarismo
diversidade étnico-racial,	“pureza” racial
elevação do conhecimento	manutenção da ignorância
eqüidade	injustiça
horizontalidade	hierarquia
inconformismo	conformismo
insubmissão	submissão
interesse	apatia
libertação, liberdade	dominação, encarceramento
não opressão	opressão
não exploração (humana e demais animais)	exploração (humana e demais animais)
união, inclusão	desunião, exclusão
.	.
.	.
.	.

Esta divisão nos possibilita pensar entre outras duas questões fundamentais: as contradições performativas e a correlação de forças.

Além das inúmeras gradações e combinações, podemos também diferenciar, os valores dos comportamentos, ou seja, as contradições, no sentido de que algumas pessoas se identificam sinceramente com determinados valores mas suas performances são contraditórias, entre outros motivos, pelas condições reais ausentes para os manifestarem. A questão da racionalidade ideológica é inseparável do reconhecimento das limitações objetivas dentro das quais são formuladas as estratégias alternativas a favor ou contra a reprodução de determinada ordem social. (MÉSZÁROS, 2004, p.66) As necessidades auto-reprodutivas dominantes da estrutura sociopolítica geral – articuladas pelas práticas estatais historicamente específicas que correspondem à relação material de forças prevalecente, em seu contexto socioeconômico *global* – estabeleceram a margem de liberdade dentro da qual, pró ou contra, as diferentes imagens ideológicas e intelectuais do relacionamento social podem surgir e contrapor uma a outra. (*Ibid*, 2004, p.220)

“É a combinação das duas coisas – o ponto de vista adotado, em sua postura de afirmação/sustentação ou de crítica/negação diante da rede instrumental/institucional dominante de controle social, e a eficácia e legitimidade historicamente mutáveis dos próprios instrumentos disponíveis – que define a racionalidade prática das ideologias em relação à sua época e, no interior dela, em relação às fases ascendentes ou declinantes do desenvolvimento das forças sociais cujos interesses elas sustentam.” (*Ibid*, 2004, p.66)

Para Gramsci, as ideologias que impedem a emancipação devem ser combatidas. (GRAMSCI, 2001, v.1, p.387) A questão prática pertinente é como? Como resolver o conflito fundamental relativo ao metabolismo social como um todo, em especial o conflito entre o capital e o trabalho, considerando o capitalismo como um sistema global? (MÉSZÁROS, 2004, p.327)

A situação das ideologias em disputa decididamente *não é simétrica*. E isto por vários motivos, a ideologia dominante tem uma grande vantagem sobre a ideologia crítica. Primeiro que:

"Os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes em cada época, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é simultaneamente o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe com isso simultaneamente sobre os meios para a produção espiritual, de maneira que com isso lhe estão ao mesmo tempo submetidos aqueles aos quais faltam os meios para a produção espiritual. Os pensamentos dominantes nada mais são senão a expressão em ideias das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes formuladas como pensamentos; portanto, as relações que tornam dominante precisamente esta tal classe, portanto os pensamentos da sua dominação." (MARX; ENGELS, 2007, p.207)

A ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos

os níveis, do mais baixo ao mais refinado. (MÉSZÁROS, 2004, p.57 e 83).

“A classe que controla os meios da produção material e intelectual controla também as condições objetivas e subjetivas que lhe permitem afirmar a sua hegemonia histórica sobre a consciência (...), as instituições da sociedade civil e o próprio poder do Estado. Como classe social dominante, ela reúne, assim, todos os meios essenciais que fazem dela o poder material, espiritual e político hegemônico numa determinada sociedade.” (DANTAS, R., 2008, p.92)

A capacidade de pressão da maioria social é inferior à capacidade de pressão da minoria capitalista, dada à crônica desigualdade entre ambos no que diz respeito à posse de recursos políticos como dinheiro, meios de comunicação, instrução superior, etc. (DANTAS, G. 2008, p.32).

Segundo que as ideologias emancipadoras que tentam construir outra organização social não podem mistificar ou enganar seus adversários pela simples razão de que estariam sendo contrários a suas próprias propostas de mundo almejado. O poder da mistificação sobre o adversário é um privilégio da ideologia dominante, e só dela. (MÉSZÁROS, 2004, p.472-3) Os que lutam por outro mundo possível e “necessário” precisam recusar as práticas hegemônicas de distorção e manipulação de informações e versões sobre os fatos e buscar fazer com que seus fins e seus meios se unam cada vez mais.

O sistema ideológico socialmente estabelecido funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”. (*Ibid*, 2004,p.57)

O discurso ideológico domina a tal ponto a determinação da maioria dos valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. “O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações “racionais” preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade.” (MÉSZÁROS, 2004, p.58)

“Certamente, se as causas identificáveis de mistificação ideológica fossem primariamente ideológicas, elas poderiam ser contrapostas e revertidas na esfera da própria ideologia. (...) Todavia (...) o impacto maciço da ideologia dominante na vida social como um todo só pode ser apreendido em termos da profunda *afinidade estrutural* existente entre as mistificações e inversões práticas, por um lado, e sua conceituações intelectuais ideológicas, por outro.” (*Ibid*, 2004, p.479)

Ao utilizar o termo *afinidade estrutural* e não *determinação estrutural*, Mészáros,

parece não apenas marcar posição contrária ao *idealismo*, como satisfazer as preocupações mais que pertinentes de Gramsci, no que diz respeito ao postulado essencial do materialismo histórico, que apresenta qualquer flutuação da política e da ideologia (a superestrutura) como uma expressão imediata do conjunto das relações de produção (a estrutura - a economia). (GRAMSCI, 2001, v.1, § 24, p.238). O termo *idealismo*, utilizado neste parágrafo refere-se exclusivamente a crença de que a transformação do “panorama ideológico da época” poderia ocorrer estritamente como o *trabalho da consciência sobre a consciência*. Tal posicionamento negligencia que forças materiais apenas podem ser contrapostas por forças materiais. O sistema reprodutivo dominante para ser negado e desconstruído deve conter, como um componente organizacionalmente articulado da estratégia geral, a negação prática e material de suas estruturas. (MÉSZÁROS, 2004, p.486)

O sistema de controle cultural-ideológico dispõe de um poder imenso, porém garantido pela repressão e violência que é o recurso fundamental do poder de classe burguês, apesar de aparecer o menos possível.

Se o poder material só pode ser contraposto pelo poder material é preciso lembrar-se de que a teoria também se transforma em uma *força material* quando ela é *compreendida* pelo povo. Porém ela só pode ser *compreendida* pelo povo na medida em que é a realização da *necessidade emancipatória materialmente sentida* por ele. Não basta que o pensamento se esforce para realizar-se, a *realidade* deve ela mesma se empenhar pelo pensamento. (Marx, “Contribuição to Critique of Hegel's *Philosophy of Law*. Introduction”, Marx e Engels, *Collected Works*, Londres, Lawrence & Wishart, 1975, v.3, p. 182-7 apud MÉSZÁROS, 2004, nota 79, p.169-170)

a. IDEOLOGIA DOMINANTE E SENSO COMUM: RELAÇÕES DE AFINIDADE

Pressupondo que o desejo de emancipar seja um desejo genuíno e constando que a ideologia dominante é mais generalizada que a ideologia emancipadora e que ao menos num sentido mais amplo os dominantes são minorias numéricas significa que alguém está assumindo valores que não lhes convém.

As pessoas podem simplesmente ignorar a ideologia dominante que permeia a cultura que vivem sob as condições da “normalidade” capitalista, ou seja, quando nada venha a obrigá-las a reexaminar as premissas práticas dominantes da ordem social dada. Mas do reconhecimento deste estado de coisas não decorre que estejam condenadas a um papel essencialmente passivo e, por isso, ajam meramente como depositárias de influências ideológicas heterogêneas e caóticas que se originam, por assim dizer, “acima delas”. Os

sistemas ideológicos “sofisticados” expressam à sua maneira as mesmas condições de reificação¹ prática que o “senso comum” encontra à mão e ativamente confirma por si mesmo todos os dias. Como declarou Marx, as pessoas estão “acostumadas a se movimentar” dentro das relações estabelecidas da vida cotidiana capitalista, por mais que sejam irracionais e absurdas as equações práticas impostas a elas pelos processos metabólicos dominantes do referido sistema. (MÉSZÁROS, 2004, p.481)

“A ideologia não é, simplesmente, uma representação falsa, manipulada ou distorcida de uma realidade que, de outro modo, deve se apresentar em sua verdade, independente das condições históricas de sua produção e reprodução social e da posição ou dos interesses de classe dos sujeitos sociais. O que nela se expressa, antes de tudo, são as condições práticas de socialização, subjetivação e adaptação dos indivíduos à ordem de dominação social em que estão de fatos inseridos. O que nela - sempre está em jogo é a naturalização, a normalização e a legitimação das práticas e relações sociais que organizam uma determinada configuração histórica da produção e reprodução social da vida.” (DANTAS, R., 2008, p.7)

O papel ativo do “senso comum” na constituição de sua visão geral do mundo não nos oferece grande consolo, pois seu relacionamento com a *ideologia emancipadora* não é semelhante ao que mantém como a *ideologia dominante*. Nada é simétrico nessa questão. Longe disso. A ideologia emancipadora encontrará pela frente a luta necessariamente “árdua” de se contrastar com a ideologia dominante, que além de afinada à estrutura material objetiva, “prega para os já convertidos”. (MÉSZÁROS, 2004, p.482) O senso comum é misoneísta² e conservador. (GRAMSCI, 2001, v.1, p.118)

“Os grandes obstáculos que o “senso comum” coloca diante da ideologia crítica – portanto resistindo ativamente à modificação do “panorama ideológico da época” - surgem de seu relacionamento inerente com a estrutura socioeconômica capitalista. Visto que a gênese da ordem estabelecida, que se prolongou por muito tempo e foi altamente contraditória no que diz respeito à dinâmica histórica, é encoberta pelos véus do passado e das mistificações práticas do presente, os indivíduos que compartilham o “senso comum da época” só podem encontrar à mão, como sua estrutura *comum* de referência, os aspectos relativamente *estáveis* do organismo social capitalista tal como está constituído na realidade.” (MÉSZÁROS, 2004, p.485)

Em geral, em face da relativa estabilidade e do funcionamento tranquilo do sistema que “entrega os bens e serviços” para o qual ele é organicamente constituído, o senso comum “internaliza” as dificuldades proibitivas de se entrar no caminho de uma verdadeira mudança estrutural – mudança que apresentaria uma alternativa para o sistema estabelecido em sua

1 Reificação (em alemão: *Verdinglichung*, literalmente: "transformar uma ideia em uma coisa" (do latim *res*: "coisa"; ou *Versachlichung*, literalmente "objetificação") é uma operação mental que consiste em transformar conceitos abstratos em realidades concretas ou objetos. (Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o_%28marxismo%29>. Acessado em 09 ago.2011.

2 Que tem aversão ao novo ou àquilo que representa mudança.

totalidade – não apenas como dificuldades, mas como uma “impossibilidade” prática. A resignação diante do mundo chega ao desejo fatalista de obediência. O povo exausto é levado ao estado de apatia generalizada. A desigualdade de conhecimentos e de confiança, características de toda sociedade de classes, os mantêm, num nível relativamente alto de imobilização e muitos não possuem a consciência e a compreensão de que as situações são históricas, logo construídas e por esta razão podem ser impedidas e alteradas.

“Assim, o “reconhecimento” e a “aceitação” (com frequência claramente resignada) desta “impossibilidade” - cuja medida e estrutura orientadora são a estabilidade daquela ordem – se tornam uma das principais características que definem o “senso comum” como “bom senso”.” (*Ibid*, 2004, p.485)

Que se pense, ademais, na posição intelectual de um homem do povo; ele elaborou para si opiniões, convicções, critérios de discriminação e normas de conduta. O que ocorre quando ele dialoga com alguém que possui uma ponto de vista contrário ao seu e que sabe argumentar as suas razões melhor do que ele? Deveria, por isso, o homem do povo mudar de convicções? E apenas porque, na discussão imediata, não sabe argumentar melhor? Se fosse assim, poderia acontecer que ele devesse mudar de opinião várias vezes, sempre que encontrasse um adversário ideológico intelectualmente mais preparado. Em que elementos baseia-se, então, a sua ideologia? E, especialmente, a sua ideologia na forma que tem para ele maior importância, isto é, como norma de conduta? O elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. Mas de fé em quem e em quê? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar radicalmente, como o adversário argumentador queria fazê-lo crer. Estas considerações, contudo, conduzem à conclusão de que as novas convicções são geralmente frágeis, notadamente quando estas novas convicções estão em contradição com as convicções socialmente conformistas de acordo com os interesses das classes dominantes. Disto se deduzem determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: 1) repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas. (GRAMSCI, 2001, v.1, p.109-110)

b. HETEROGESTÃO: COMPETIÇÃO E EXPLORAÇÃO

Neste momento pretende-se explicitar um pouco sobre uma parte da estrutura que

produz e é produzida pela ideologia dominante que é a heterogestão, que tem entre outras características a divisão social hierárquica e alienada do trabalho. Este é o modo como a esmagadora maioria dos empreendimentos são administrados.

Como vimos há uma relação dialética entre base material e base espiritual. As estrutura econômica organizada segundo uma divisão hierárquica e alienada do trabalho produz competição e exploração e esta por sua vez retroalimentam esta estrutura. A tentativa de encontrar um início nesta relação nos conduzirá à uma problema metafísico portanto indecidível.

A administração hierárquica é formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador. Nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser o máximo possível já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os seus rumos futuros. Numa organização hierárquica e heterogestada há muito mais estímulos à competição do que à cooperação.

“Sobretudo em empresas grandes, grupos rivais disputam a destinação dos fundos de investimento, cada um demandando mais capital para expandir o setor em que exerce poder. Os gerentes da produção querem equipamentos novos para aperfeiçoar as técnicas de produção, os gerentes de vendas e marketing querem produtos melhores e mais baratos para conquistar mercado dos concorrentes, os dos laboratórios exigem mais recursos para desenvolver novos produtos e novos métodos de produção, os de pessoal solicitam mais dinheiro para contratar cursos de atualização etc. etc” (*Ibid*, 2002, p.17)

A competição contudo não se limita aos trabalhadores de níveis diferentes, mas também permeia as relações entre setores e grupos de empregados situados no mesmo nível da hierarquia empresarial. (SINGER, 2002, p.17)

A competição dentro das empresas e escritórios são manifestações de uma competição compulsória e generalizada que permeia a quase totalidade da vida cotidiana. Segundo os princípios da economia capitalista a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. Cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante. A competição permite aos que podem consumir, escolher o que mais satisfaz pelo menor preço. Ela faz com que o “melhor” vença, uma vez que as empresas que mais vendem são as que mais lucram e mais crescem, ao passo que as

que menos vendem dão prejuízo e se não conseguirem mais clientes acabarão por fechar. Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não o conseguem são os perdedores. (SINGER, 2002, p.7)

Mas a competição na economia tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais. A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra. O que acontece com os empregados das empresas que quebram? E com os pretendentes que não conseguem emprego? Em tese, devem continuar competindo, para ver se saem melhor da próxima vez. Mas, na economia capitalista, *os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras*. Pretendentes a emprego que ficaram muito tempo desempregados têm menos chance de serem aceitos, assim como os que são mais idosos. Desta forma o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *inempregáveis*. Vantagens e desvantagens são legadas de geração para geração. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram nas competições com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e/ou foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais. (SINGER, 2002, p.9)

A divisão social hierárquica e alienada do trabalho é também estruturalmente exploradora. (MÉSZÁROS, 2004, p.327). Com ela está dada ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse comunitário de todos os indivíduos que mantêm intercâmbio entre si. (MARX; ENGELS, 2007, p.199)

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos, fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes. (MARX; ENGELS, 1999, p.45-6).

A fragmentação e a divisão hierárquica do trabalho aparecem sob os seguintes aspectos principais, correspondentes a divisões objetivas de interesse significativamente diferentes:

“1.Dentro de um grupo particular ou de um setor do trabalho.

2. Entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional.
3. Entre corpos de trabalho de nações diferentes, opostos um ao outro no contexto da competição capitalista internacional, desde a escala mínima até a mais abrangente, incluindo a potencial colisão de interesses sob forma de guerras.
4. A força de trabalho dos países capitalistas avançados – os beneficiários relativos da divisão capitalista global do trabalho – em oposição à força de trabalho comparativamente muito mais explorada do “Terceiro Mundo”.
5. O trabalho no emprego, separado e oposto aos interesses objetivamente diferentes – e em geral política e organizacionalmente não-articulados – dos “não assalariados” e dos desempregados, inclusive as crescentes vítimas da “segunda revolução industrial”. (MÉSZÁROS, 2004, p.353)

A hierarquização da totalidade do trabalho (enquanto classe *global*, em confronto com seu antagonista: a *totalidade* do capital, em escala *global*) são afetadas por vários fatores e circunstâncias que se relacionam com os anteriores. Podemos identificar claramente os seguintes:

- “1. A divisão territorial do trabalho, criando zonas de relativo privilégio acopladas a um “subdesenvolvimento”. Isto está manifesto nas relações internacionais, inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo e, mais recentemente, pela instituição do sistema de exploração “neocapitalista” (e “neocolonial”), e internamente pelo desenvolvimento de algumas partes do território sob o controle de um capital nacional em prejuízo de outras.” (MÉSZÁROS, 2004, p.524-5)
- “2. O impacto da lei do *desenvolvimento desigual* e suas concomitantes *taxas diferenciais de exploração*, que ocorre tanto internamente, em cada país isolado, como externamente, nas relações das potências capitalistas dominantes com o restante do sistema capitalista mundial.
3. As cada vez maiores centralização e concentração do capital, ligadas às sua crescente composição técnica e à deterioração da composição orgânica, com consequências de longo alcance para a estrutura do emprego na ordem socioeconômica capitalista como um todo.” (*Ibid*, 2004, p.525)

O capitalismo exerce sua dominação impassível sob a forma de desunião. A concorrência, o individualismo, a competição, o desinteresse, o conformismo social e a submissão atomizam os trabalhadores, os mantém violentamente separados de suas condições de trabalho. A emancipação do indivíduo e da sociedade é o resultado da desconstrução da atomização social, que pode atingir o cume nos períodos de grandes trustes econômicos e cultura de massas. (HORKHEIMER, 2002, p.140 e 143-4 e ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.50)

A classe trabalhadora apesar de estar separada em grupos nacionais, entre nativos e imigrantes, entre qualificados e desqualificados, empregados e desempregados, precarizados e detentores de altos salários – possui um espaço para a luta política enquanto classe, seus interesses podem ser cristalizados em termos de conceitos econômicos e sociais comuns. (HORKHEIMER, 2002, p.152 e SECCO, p.104) A aliança da classe trabalhadora não

burguesa (operários industriais, bancários, professores, camponeses assalariados e assalariados em geral) com os estudantes e todas as massas pobres do campo e da cidade é central para qualquer transformação social estrutural.

Só é possível aproximar-se do objetivo fundamental de uma reestruturação sociometabólica em sua totalidade – isto é, da alteração das “condições de existência industrial e política e, conseqüentemente, da “maneira de ser” do povo –rumo a emancipação humana, na medida em que o próprio agente social em desenvolvimento, a classe trabalhadora global, consiga superar suas próprias divisões internas, se articular e agir politicamente. Esta potencialidade depende para realizar-se, da maturação de várias condições. Demanda a superação dos obstáculos subjetivos e objetivos, assim como os internos e internacionais, sobretudo a *arbitragem* da multiplicidade de interesses parciais complexos e até contraditórios. Demanda inclusive alguns desenvolvimentos importantes na organização política e na autodeterminação coletiva consciente dos indivíduos que constituem a classe de “produtores livremente associados”. (MÉSZÁROS, 2004, p.348 e 350)

c. O IMPERIALISMO, A QUESTÃO NACIONAL E O INTERNACIONALISMO: A ALTERNATIVA GLOBAL NECESSÁRIA

A Pátria é a Humanidade.
José Martí

Neste momento merece destaque algumas reflexões de uma divisão específica da classe trabalhadora que é a divisão entre estados nacionais. E em especial de um dos fenômenos possíveis com esta divisão que é o imperialismo.

O capital global (produtivo e financeiro) vem historicamente minando as formas de economias nativas das comunidades por meio de uma cultura de massas de consumismo e despolitização. Onde quer que o capitalismo moderno tenha começado sua ação de incrementar a produtividade do trabalho humano através do incremento de sua intensidade, promovendo desta forma uma ruptura entre o trabalho e a fruição, ele tem encontrado mais ou menos resistências. A oportunidade de ganhar mais pode ser, para muitos, menos atrativa do que a de trabalhar menos. O humano não deseja necessariamente ganhar cada vez mais dinheiro, pode ser que seja simplesmente viver bem, que talvez seja, como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para este fim.

Apesar das resistências, a resultante tem sido de avanço do *ethos* capitalista. O capitalismo tem expandido as disparidades de riqueza e de poder em níveis sem precedentes na história. Tem trabalhado lado a lado com uma rede de Estados corruptos e subservientes e

com uma rede de organizações trans-estatais destinada a minar a autonomia da periferia, sujeitando-a ao sistema industrial e bancário, atando-a as suas dívidas, enquanto mantém um enorme aparato militar que força a obediência ao centro capitalista e às elites locais. As fortunas de inúmeros países centrais foram e ainda são obtidas, não somente com o trabalho excedente de seu proletariado, mas também com a “pilhagem” sistemática de suas “possessões”. A exploração de classes internamente foi e ainda é complementada e sua potencialidade aumentada com a exploração das nações. (BARKIN, David e outros, 2003)

Segundo *folder* publicado em 2010 pela Auditoria Cidadã da Dívida, em 39 anos (1971 a 2008) analisados,

“...a dívida externa (brasileira) significou uma transferência líquida de recursos ao exterior da ordem de US\$ 144 bilhões, e ainda temos uma dívida externa de US\$ 282 bilhões. Cabe ressaltar que historicamente, a parte mais significativa da dívida externa (superior a 80%) foi a dívida contratada com bancos comerciais – a maioria privados internacionais – que contaram com o constante apoio do FMI.” (Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, Brasília, 30 de março de 2010, Rede Jubileu Sul, p. 4)

Qualquer esforço em democratizar o Brasil será incompleto se não for conjunto a uma autêntica independência, direta e indireta, que implique no fim da sua condição de empreendimento colonial. As condições econômicas, políticas e culturais das nações colonizadas existem graças também à cumplicidade subserviente das classes dominantes nativas, um sistema há muito estabelecido de dominação estrutural e dependência. A burguesia local atua como sócia minoritária dos capitalistas metropolitanos na exploração conjunta do seu próprio país, dedicando-se assim à geração de recursos para a remuneração das frações mais altas do capital imperialista. A era de colonialismo direto foi substituída em partes pelo período de controle neocolonial, quando o Norte, com sua ideologia de livre-comércio, continuou a controlar (como o faz até hoje) as alavancas do poder.

“A incorporação dos antigos impérios coloniais às perspectivas ideológicas do “desenvolvimento” rumo à “universalidade do alto consumo de massa” correspondeu, é claro, à forma distintamente nova de integração e dominação global sob a relação de forças radicalmente modificada que se impôs, no pós-guerra, entre os principais países capitalistas. A ascensão dos Estados Unidos, após a guerra, ao poder hegemônico sem rival no Ocidente habilitou este país a tentar a realização de sua antiga aspiração de instituir uma ordem socioeconômica mais dinâmica “através do reajustamento econômico internacional”.³

Em termos práticos, isto significava a abertura dos impérios britânico e francês para o “comércio normal” e a substituição do anacrônico sistema, prevalecente antes da guerra, de domínio político-militar direto nas colônias pelas práticas exploradoras muito sofisticadas e eficientes do neocolonialismo.

Naturalmente, a relativa emancipação *política* do “Terceiro Mundo” não trouxe a autodeterminação *econômica*, visto que o novo sistema de “comércio

3 Extraído do discurso de posse de Franklin Delano Roosevelt, em *Nothing Fear: The Selected Addresses of F.D. Roosevelt 1932-1945*, Londres, Hodder & Stoughton, 1947, p.16 apud MÉSZÁROS, 2004, p. 141)

normal” operava (*e ainda opera*) dentro do quadro de dependência estrutural e “troca desigual”.⁴ (MÉSZÁROS, 2004, p.141)

c.1. Dependência estrutural e transferência das “indústrias poluentes” para o “Terceiro Mundo”

Faz parte do “auxílio” ao desenvolvimento prestado ao “Terceiro Mundo” também a política de transferência das “indústrias poluentes” (o que de forma alguma torna o sistema global de produção capitalista menos industrial, como sugere as ideias de sociedade pós-industrial). Tais “transferências de tecnologia” removem as práticas produtivas mais insalubres, juntamente com suas consequências altamente poluentes, dos “países capitalistas avançados”, depositando-as, frequentemente sob o pretexto de “auxílio ao desenvolvimento”, na soleira dos países dependentes.

O historiador filipino, Renato Constantino, escreveu a seguinte reflexão sobre aspectos das práticas envolvidas:

“Em um país em que gigantescas empresas estrangeiras conseguiram suficientemente controle econômico e influência sobre as políticas do governo anfitrião com a ajuda de financiamento global e de instituições bancárias, a industrialização que ocorre é controlada pelo capital internacional e serve aos interesses deste. Este tipo de desenvolvimento nega àquele país qualquer possibilidade de estabelecer seu próprio complexo industrial para seus interesses. Sua economia torna-se um mero apêndice dos gigantes globais, todo o país um mercado de explorados com um estoque ilimitado de mão-de-obra barata.” (Constantino, Renato, *The Nationalist Alternative*, edição revista, Quezon City, Foundation For Nationalist Studies, 1986, p.28-30 apud MÉSZÁROS, 2004, p.138)

c.2. A taxa diferencial de exploração

O sistema do capital global, a despeito das perenes rivalidades intercapitalistas, pôde e ainda pode extrair benefícios monumentais da *taxa diferencial de exploração*, tanto nos centros metropolitanos como nos territórios sob controle imperialista (ou estruturalmente dependentes). (MÉSZÁROS, 2004, p.424)

“Graças à instituição e à operação bem-sucedida da taxa diferencial de exploração em *toda parte*, os trabalhadores dos centros metropolitanos puderam ser *objetivamente* colocados contra os trabalhadores incomparavelmente mais explorados dos países submetidos ao domínio imperialista.” (*Ibid*, 2004, p.424-5)

Os privilégios relativos das classes trabalhadoras metropolitanas dependiam e ainda dependem, em grande medida, da superexploração das classes trabalhadoras periféricas.

Constantino, cita um exemplo esclarecedor:

“A Ford Philippines, Inc., fundada apenas em 1967, é atualmente [quatro anos mais

⁴ Arghiri Emmanuel, *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*, Nova York, Monthly Review Press, 1972 apud MÉSZÁROS, 2004, p.141

tarde] a 37ª na lista das mil maiores empresas das Filipinas. Em 1971, registrou um lucro líquido de 121, 32%, ao passo que o lucro da Ford em 133 países no mesmo ano foi de apenas 11,8%. Além de todos os incentivos extraídos do governo, os elevados lucros da Ford foram devidos principalmente à mão-de-obra barata. Em 1971, enquanto o valor da hora de trabalho especializado nos Estados Unidos era de quase US\$ 7,50, o valor da hora de trabalho similar nas Filipinas era de apenas US\$0,30.” (Constantino, Renato. *Neo-Colonial Identity and Counter-Consciousness: Essays in Cultural Decolonization*, Londres, Merlin Press, 1978, p.234 apud MÉSZÁROS, 2004, p.425)

Este exemplo exhibe claramente os interesses construídos sobre a operação bem-sucedida da taxa diferencial de exploração, extremamente voltada em favor do capital, tanto para aumentar seus dividendos econômicos como para dividir eficazmente a classe trabalhadora, mesmo em questões de direitos humanos elementares.

Em outro plano, ainda graças à eficácia da taxa diferencial de exploração, os trabalhadores têm sido colocados uns contra os outros dentro de cada país, separados uns dos outros por meio de poderosos incentivos materiais discriminatórios, o que reforça o controle do capital sobre eles. (MÉSZÁROS, 2004, p.425) É certo que o tipo de desenvolvimento socioeconômico que testemunhamos no Brasil como um todo tem muito a ver com os interesses de poderosos grupos capitalistas da Grã-Bretanha, da Alemanha, do Japão e, acima de tudo, dos Estados Unidos. Assim como é certo que os desenvolvimentos capitalistas em São Paulo, por exemplo, tem muito a ver com a exploração do Nordeste e com o uso de sua população “excedente” como um exército industrial de reserva muito conveniente. (*Ibid*, 2004, p.223)

c.3. Nacionalismo de defesa

Há um fundamental conflito de interesses envolvido na escolha entre a apropriação pelos países em desenvolvimento, para seu próprio usufruto, de seus recursos e do resultado de seu trabalho, ou a entrega, como ocorre atualmente, de parte dos resultados para as “sociedades industriais avançadas”. (*Ibid*, 2004, p.223)

“Entretanto é muito difícil questionar as relações de poder substantivas dos arranjos “pós-coloniais”, tanto em termos políticos como ideológicos-culturais. Eis como Constantino, acertadamente, argumenta:

É evidente que as nações avançadas do mundo não aprovam o crescimento do nacionalismo em um país do Terceiro Mundo, embora, astutamente, encorajem suas manifestações mais neutras ou inócuas no campo cultural como uma válvula de escape para o descontentamento dos povos dominados. O que os poderosos Estados capitalistas estão estimulando é o conceito de *internacionalismo*, a ideia de que eles e as nações do Terceiro Mundo são economicamente interdependentes de modo mutuamente benéfico e devem, portanto, permanecer politicamente alinhados. Assim como gerações de filipinos sofreram uma lavagem cerebral sob domínio norte-americano para acreditar que seu *status* de país agrícola e exportador de matéria-prima era o único adequado a eles, os filipinos de hoje estão sendo levados a acreditar que o único caminho disponível para seu progresso é o da modernização

por meio de uma industrialização dependente. As instituições culturais ocidentais e os meios de comunicação de massa em geral reforçam todos estes conceitos à medida que continuam a ocidentalizar as culturas do Terceiro Mundo.

Sutilmente, a ideia de nacionalismo é depreciada como não mais pertinente ou é associada às suas manifestações chauvinistas do passado em países como a Alemanha e o Japão.

Há filipinos que acreditam dever fazer uma escolha entre nacionalismo e internacionalismo, ou que um deva ser subordinado ao outro. É necessário conhecer a conexão correta entre os dois. O internacionalismo é um sentimento de afinidade para com os povos do mundo, não para com seus líderes ou governos. O nacionalismo é a consciência que os filipinos têm de seus próprios interesses. Para alguém ser um bom nacionalista, deve compartilhar os objetivos dos outros povos por uma vida melhor, tornando-se de fato uma *verdadeiro internacionalista*. Mas, antes de poder ser um bom internacionalista, deve-se primeiro ser nacionalista, levando em consideração o bem-estar de seu próprio povo antes de poder ajudar outros – no entanto, deve-se estar sempre consciente de que os objetivos maiores de todo um povo *excluem a exploração de outros*. Isto é, o conteúdo internacionalista do nacionalismo repousa no *aspecto igualitário da fraternidade mundial*, e o conteúdo nacionalista do internacionalismo repousa no conceito da *soberania nacional* no presente sistema dos Estados do mundo e em sua defesa contra investidas imperialistas. (Constantino, Renato. *Synthetic Culture and Development*, Quezon City, Foundation for Nationalist Studies, Inc., 1985, p. 64-5 apud MÉSZÁROS, 2004, p. 440)

Nesse sentido há um legítimo nacionalismo de autodefesa das nações oprimidas, o nacionalismo é um imperativo para os povos do Sul, uma proteção, que permite afirmar os direitos de soberania contra as práticas de dominação do Norte. Um nacionalismo defensivo que, para vencer, precisa ser complementado pela dimensão positiva do internacionalismo. (*Ibid*, 2004, p.22 e 29)

“Nacionalismo não significa fechar-se em si mesmo: tem de ser aberto; mas para que isso possa pressupor uma nova ordem mundial que – em contraste com o que vemos hoje – não consista na hegemonia de uma superpotência e seus aliados, sem respeito pelas nações jovens.” (*Ibid*, 2004, p. 23)

Nacionalismo significa desde a identificação com os interesses nacionais legítimos do país quando ameaçado por uma potência estrangeira, como significa ao mesmo tempo a não identificação ao comportamento capitulacionista da classe dominante do próprio país assim como solidariedade com o patriotismo legítimo dos povos oprimidos. (*Ibid*, 2004, p.29) Significa defendermos o direito das várias nacionalidades à completa autonomia, “até o ponto da liberdade de secessão da união”. Esta pode auxiliar na superação das formações dos Estados do capital no cenário global protetores do incontrolável mercado mundial. Não se pode esquecer contudo que a liberdade de secessão da união pode ser também utilizada pelos interesses capitalistas e que cada caso merece ser avaliado na sua especificidade.

c.4. Internacionalismo positivo

A classe trabalhadora age pela sua libertação no quadro do Estado nacional mas precisa estar consciente de que o resultado necessário do seu esforço é comum aos trabalhadores de todos os países. (MARX, ENGELS, 1999, p.51 e MARX,1875). Quer se goste ou não, para enfrentar nossos problemas globais é preciso conceber soluções globais. A universalidade destrutiva do capital não pode ser enfrentada apenas com ações locais. A concepção socialista foi concebida desde o início como alternativa à universalidade antagonística do sistema do capital. A passagem da humanidade dos Estados nacionais antagonisticamente fragmentados do capital para uma ordem global positivamente sustentável é uma necessidade, porque a sobrevivência humana continuará permanentemente ameaçada se não conseguirmos a transição para essa ordem. (MÉSZÁROS, 2004, p.43)

Para uma resposta à globalização do capital é indispensável a articulação de uma alternativa positiva viável. A estratégia do internacionalismo positivo implica substituir o absolutamente iníquo – e inevitavelmente conflituoso – princípio estruturador dos “microcosmos” reprodutivos do capital (as empresas produtoras e distribuidoras particulares que constituem o “macrocosmo” abrangente do sistema) por outra alternativa totalmente cooperativa. “Ou seja, uma ordem reprodutiva social internacional instituída e administrada com base na autêntica igualdade de seus muitos constituintes, uma igualdade material e culturalmente substantiva, não meramente formal.” (*Ibid*, 2004, p.31)

O que ainda obstrui o caminho para a emancipação humana não é de forma alguma somente a ideologia.

“Ao contrário, na medida em que a “maturidade e universalidade” necessariamente contraditórias do capital – esta “contradição viva” (Marx) – puderem oferecer ganhos materiais significativos para as classes trabalhadoras nacionais das “metrópoles do capital”, à custa de seus irmãos de outros países, os parâmetros ideológicos da emancipação se tornam extremamente confusos. Em tais circunstâncias, os interesses *parciais* imediatos auto-orientados prevalecem contra os interesses *gerais* da classe trabalhadora como um todo, considerada em sua capacidade de agente histórico da emancipação socialista.” (*Ibid*, 2004, p.439)

A condição necessária para a resolução genuína (e não um adiamento e manipulação temporários) dos conflitos e antagonismos, por meio do internacionalismo socialista, é a adoção de um princípio estruturador democrático-cooperativo nos próprios microcosmos da reprodução social, fundamentando a possibilidade inicial da auto-administração positiva e a “coordenação lateral” dos produtores associados em escala global, em oposição à no momento, subordinação vertical prevalecente a um poder controlador estrangeiro. (MÉSZÁROS, 2002, p.248 e 2004, p.32)

“Assim, a questão real não é o nacionalismo *ou* o internacionalismo, mas *que tipo* de nacionalismo *e* internacionalismo podem – *em conjunto* – fazer avançar a causa da

emancipação socialista.” (MÉSZÁROS, 2004, p.440-1)

“O internacionalismo socialista é muito diferente de ideias como a “fraternidade universal dos homens” - religiosamente defendida, mas na verdade nunca realizada, nem aproximadamente – ou os “direitos humanos”, tão ruidosamente proclamados, mas vazios em relação ao seu conteúdo, para os quais o mundo real do capital simplesmente se recusa a conceder algo além da pura aprovação teórica.” (*Ibid*, 2004, p.441)

“O internacionalismo torna-se visível, a partir da perspectiva do trabalho, (...) como uma tendência objetiva do desenvolvimento socioeconômico e político-cultural para uma produção e um intercâmbio globais efetuados de modo cooperativo.” (*Ibid*, 2004, p.442)

III - A DIVISÃO DEMOCRÁTICA DO TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO ENTRE TODOS EM CONDIÇÕES DE TRABALHAR: COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

É importante entender, acima de tudo, que nem a desigualdade, nem a competição compulsória são naturais. Elas resultam do e fortalecem o modo de produção capitalista, a forma como se organizam as atividades econômicas. A propriedade individual ilimitada aplicada ao capital divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. A consequência é a competição e a desigualdade.

Outro modo é possível, no qual a propriedade do capital se torne coletiva ou associada. Esta organização econômica produziria uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. A consequência é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, pode se utilizar de mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função remediadora é a renda cidadã, programas de transferências de rendas, que poderiam ser financiados mediante, por exemplo, um imposto de renda progressivo. (SINGER, 2002, p.11)

Com a ociosidade forçada de parte substantiva da força de trabalho, há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. (*Ibid*, 2002, p.26)

A chave da solidariedade na economia é a *associação* e não o contrato entre patrão e empregado. A criação de cooperativas, por exemplo, pode modificar tradicionais sistemas de hierarquia e dominação social. Na cooperativa de produção, por exemplo, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu

princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (SINGER, 2002, p.9)

Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual. Mas, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior, em função das diferenças de habilidade, de inclinação das pessoas que as compõem,... Pode haver ainda assim, empresas ganhadoras e perdedoras. Se não quisermos que suas vantagens e desvantagens se tornem cumulativas então podemos utilizar, embora não necessariamente, de um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito.

a. AUTOGESTÃO

Diferente de uma empresa capitalista o objetivo máximo dos sócios de uma empresa solidária é promover a economia solidária tanto para possibilitar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país e no planeta um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. (*Ibid*, 2002, p.16)

A autogestão exige um esforço adicional, os trabalhadores na empresa solidária além de cumprir as tarefas a seu cargo, tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. (*Ibid*, 2002, p.19)

“O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. E a direção tende, às vezes, a aceitar o pedido, sobretudo quando se trata de decisões que podem suscitar conflitos entre os sócios. É, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que têm que prestar contas aos colegas que representam. A prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço.” (*Ibid*, 2002, p.20)

As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores.

A emancipação econômica e política da humanidade implica a divisão universal do trabalho por todos os membros da sociedade. A divisão hierárquica e alienada do trabalho só pode ser abolida pelos *indivíduos* quando estes sujeitarem os poderes materiais a *si mesmos*. A

emancipação humana requer a regulamentação co-operativa do trabalho total. (MARX, 1875) Isto não é possível sem um processo de “desalienação” política em relação ao poder mais abrangente de tomada de decisões. A erradicação do sistema do capital só será factível por meio da transferência ou aquisição dos poderes de decisão pelos trabalhadores livremente associados. (MÉSZÁROS, 2004, p.20). Uma democratização substantiva da sociedade por meio da progressiva supressão das hierarquias estruturais, pois o trabalho permanece estruturalmente separado da possibilidade de controle. Somente com a transformação do Estado de órgão sobreordinado à sociedade em órgão a ela inteiramente subordinado podemos realizar uma democracia substantiva.

Na medida em que a classe trabalhadora, se organiza política e economicamente, de modo concomitante, ela será capaz de transformar os meios de produção, terra e capital, agora primordialmente meios de exploração do trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado que venha a assumir a forma de municípios auto-operantes e autogovernados, de sociedades cooperativas unidas, a fim de regulamentar e coordenar a produção e a distribuição municipal, estadual, nacional e internacional segundo um plano comum. (*Ibid*, 2004, p.343-354, p.415)

“A integração transindustrial, e até transnacional do processo de produção não torna os produtores mais “associados” do que eram nos empreendimentos industriais capitalistas de escala mais limitada. O que realmente decide a questão é a transferência – do capital para os produtores – do *controle efetivo* das várias unidades de produção, independentemente de sua dimensão. Isto equivale a uma genuína *socialização* do processo de *produção* em todas as suas características essenciais (...)” (*Ibid*, 2004, p.341)

“Se até aqui as condições de produção social da riqueza dominaram a sociedade, trata-se agora de permitir que a sociedade possa apropriar-se, livre e conscientemente, da riqueza que ela mesma produz e das próprias condições de sua produção e distribuição. Se até aqui a história da sociedade subsumida pelo capital foi inteiramente determinada pela necessidade de desenvolver incessantemente as forças produtivas, trata-se agora de criar as condições para que ela venha a se apropriar conscientemente das forças produtivas já desenvolvidas, a fim de colocá-las a serviço da própria humanidade.” (DANTAS, R., 2008, p.108)

O processo da produção material, só pode ser igualmente bom para todas as partes envolvidas no dia em que for obra de humanos livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. (MARX, 2008, livro 1, vol. 1, p.101)

Esta mudança de paradigma pode orientar a produção pela demanda social e não mais pelo lucro, pondo fim aos objetivos fetichistas da produção, que submetem de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos inconsequentes imperativos da expansão e acumulação do capital.

A emancipação só é possível quando os trabalhadores, produtores de bens e serviços,

puderem organizar livremente o seu próprio trabalho. Somente a produção orientada para a satisfação humana e não mais para o lucro e a técnica orientada para a emancipação humana possibilitará que nos libertemos do trabalho heterônomo e possamos aumentar progressivamente o tempo livre, no qual nos envolvemos e desenvolvemos livremente. Trata de reduzir o tempo de trabalho necessário da sociedade a um *minimum*, ao qual corresponde, então, a formação artística, científica, filosófica etc., dos indivíduos, por intermédio do tempo que lhes ficou disponível e dos meios assim engendrados. (HABERMAS, 1973, p.65-66)

“Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então, a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho.” (MARX, 2002, I.1, v.2, p.602)

É possível organizar um sistema de trabalho parcial, em vez de obrigar uns ao trabalho excessivo enquanto outros, em virtude da falta de ocupação, ficam constrangidos a viver da mendicância, da assistência social do estado, da caridade de instituições filantrópicas ou até mesmo de atividades criminosas.

b. UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE OS DIVERSOS TIPOS DE COOPERATIVISMO EM DESENVOLVIMENTO

Abaixo pretendemos propiciar ao leitor uma perspectiva panorâmica, portanto breve, sobre os diversos tipos de cooperativismo em desenvolvimento no Brasil e no Mundo e algumas estatísticas e problemas enfrentados pelos mesmos.

b.1. O cooperativismo de consumo

O cooperativismo de consumo são empreendimentos de economia solidária que objetiva constituir, junto a seus associados e colaboradores, uma rede de consumo, que possibilite a aquisição de produtos provenientes de grupos e de organizações de trabalhadoras e trabalhadores que têm na sua produção o seu meio de vida, gerando assim oportunidades para o exercício de um consumo consciente por parte de seus cooperados. Com isto, a cooperativa de consumo estabelece um novo canal de acesso ao mercado para os produtores urbanos e rurais, ligados a empreendimentos autogestionários, à agricultura e agroindústria familiar e à agroecologia, buscando o fortalecimento desses empreendimentos e potencializando suas produções. A cooperativa se estabelece a partir da valorização da relação

entre cooperados e fornecedores, através da constituição de parcerias pautadas na promoção de princípios e de interesses comuns.

b.2. O cooperativismo de crédito

O objetivo do cooperativismo de crédito é oferecer aos trabalhadores um importante serviço financeiro que os bancos prestam às classes alta e média: o de guarda e aplicação de valores. Para a gente pobre, sujeita aos altos e baixos da economia de mercado, a guarda e aplicação de poupança não basta exatamente porque sua renda é baixa demais para que ela possa amearhar reservas suficientes para enfrentar adversidades. (SINGER, 2002, p.59-60)

Em 1852, Schulze-Delitzsch inventava a Cooperativa de Crédito. Cada novo membro tinha de pagar uma taxa de entrada e uma cota em prestações. Os membros tinham de depositar sua poupança na cooperativa para constituir o seu capital de giro. Precisando de mais dinheiro para atender às necessidades de capital dos membros, a cooperativa recorre ao mercado, a partir do princípio da responsabilidade ilimitada, que Schulze-Delitzsch traduzia no velho lema “todos por um e um por todos. “Cooperativas com estes princípios passaram a ser conhecidas como “Bancos do Povo” (Moody, 1971, p. 4-6 apud SINGER, 2002, p.62)

O Banco do Povo é autogestionário: a autoridade suprema é da assembléia dos sócios, em que cada um tem um voto, independentemente da sua quantidade de cotas do capital. A assembléia elege um conselho de supervisão e este escolhe um executivo, em geral formado por presidente, tesoureiro e secretário. (SINGER, 2002, p.62)

Uma das principais referências atuais no que diz ao cooperativismo de crédito surgiu em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. Trata-se do Grameen Bank (Banco da Aldeia), fruto de uma iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagong, orientados e inspirados por Muhammad Yunus. Eles perceberam que a fome não resultava, muita das vezes, em falta de comida, mas da incapacidade de uma parte grande da população de comprá-la por falta de dinheiro. Apesar das abundantes reservas de cereais, os pobres não tinha acesso à alimentação. A teoria econômica que atribui aos mercados a capacidade de otimizar a utilização dos fatores e satisfazer da melhor forma possível todos os agentes econômicos era incapaz de combater a pobreza. (Yunus, 1998, p. 81 apud SINGER, 2002, p.75-6)

b.3. O cooperativismo de produção

“Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos etc., que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados.” (SINGER, 2002, p.89) Em 1988, a Itália, era o país em que havia o

maior número de cooperativas de produção, eram 12 mil cooperativas de produção, com meio milhão de trabalhadores. (*Ibid*, 2002, p.94)

A ajuda do Estado pode ser um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos. O primeiro é que os trabalhadores, com frequência, não dispõem de capital nem de propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido. Portanto, para concorrer em condições menos desiguais com estas firmas, as cooperativas de produção, nem sempre podem, dispensar o apoio do poder público. (*Ibid*, 2002, p.93)

Uma condição desfavorável aos cooperantes é que as cooperativas estão sendo expostas a um mercado global em que o poder está nas mãos de corporações multinacionais, que já operam 30% da economia mundial, de agrupamentos econômicos poderosos como a União Européia e de bancos internacionais perante os quais os países “periféricos” em geral, estão pesadamente endividados. (Birchall, 1997, p.144 apud SINGER, 2002, p.97)

b.4 Os clubes de troca

“Os clubes de troca são uma inovação recente na economia solidária. Eles foram inventados mais ou menos ao mesmo tempo no Canadá, na ilha de Vancouver, e na Argentina, em Bernal, em meados da década de 1980. São, em ambos os casos, respostas ao desemprego e à queda da atividade econômica provocada por recessões. Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-los porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. Em outras palavras, a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho. Estas situações são muito comuns em localidades atingidas por grande perda de empregos.” (SINGER, 2002, p.106)

O clube de troca tenta resolver o impasse pela criação de uma moeda própria, que recebe um nome que em geral exprime a ideologia do clube: *green dollar*, real solidário, hora de trabalho etc. O clube escolhe democraticamente – um voto por cabeça – seus dirigentes, determina a taxa de câmbio de sua moeda com a do país, o valor total da emissão de sua moeda e sua repartição por igual entre todos os membros. Com esta moeda local os membros do clube começam a comprar bens e serviços uns dos outros. Para facilitar o intercâmbio, os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, em que cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem para vender e o que precisa comprar. Ao fim das apresentações, os membros se encontram e efetuam as trocas, usando a moeda do clube como meio de pagamento. Também se recorre a jornais impressos e eletrônicos para divulgar as ofertas e as demandas entre os membros. (SINGER, 2002, p.106)

“Pessoas há tempo sem trabalho se isolam socialmente, entram em crise familiar e pessoal. O clube de troca favorece novos contatos, o início de novas amizades, traz oportunidades de trocas não-econômicas de afetos, favores, gentilezas.” (*Ibid*, 2002, p.106)
 “Desse modo, cresce o nível de ocupação e se enriquece a vida comunitária.” (*Ibid*, 2002, p.107)

b.5. O cooperativismo de compras e vendas

Estas são associações, geralmente, de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas.

b.5.1. Os catadores de lixo

“O caso dos catadores de lixo merecem uma menção especial, devido a seu significado social. Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é *a união que faz a força*: a cooperativa. A cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores.” (*Ibid*, 2002, p.89)

b.5.2. As cooperativas agrícolas

Um dos tipos mais frequentes da categoria de cooperativas de compras e vendas é a cooperativa “agrícola”, formada por agricultores. Nos últimos anos do século XX, por volta de 1990, o movimento cooperativista brasileiro sofreu uma bifurcação, que culmina com a configuração atual de duas tendências de organização cooperativa ideologicamente distintas e, respectivamente, com duas estruturas de representação do cooperativismo: o cooperativismo “empresarial/tradicional” voltado para o processo de desenvolvimento da agricultura e de modernização do campo, e o cooperativismo “popular/de resistência” que visa tanto o desenvolvimento econômico quanto a organização sociopolítica dos agricultores. (DUARTE & WEHRMANN, 2006, p.14)

As cooperativas entre cujos associados se encontram empresas agrícolas capitalistas; embora legalmente sejam “cooperativas”, elas nada têm a ver com a economia solidária. Na realidade, “cooperativas” de firmas capitalistas de grande tamanho tendem a agir como cartéis, que exercem o monopólio nos mercados em que vendem e o monopsonio nos mercados em que compram.

Na história do cooperativismo brasileiro, a construção da identidade dos grandes produtores e dos agricultores familiares deu-se de forma diferenciada: os primeiros identificam-se como “os donos”, pois na prática exercem o poder decisório; os segundos identificam-se muito mais como “usuários”, tendo em vista que dependem das decisões dos grandes e dos serviços prestados pelas cooperativas para continuarem exercendo suas atividades produtivas.

Assim, durante o processo de concentração, de crescimento empresarial e de expansão territorial, especialmente durante o período compreendido entre as décadas de 1980 e de 1990, o cooperativismo foi acumulando contradições, apresentando limites e alterando suas estratégias de atuação. Resumidamente salienta-se:

No contexto interno:

- Contradições e conflitos entre identidades, interesses e motivações individuais dos associados (grandes produtores “donos” e os agricultores familiares “usuários”).
- Concentração do poder decisório e distribuição desigual dos benefícios.
- Crescente redução do número de associados.
- Forte crise econômico-financeira e de legitimidade.

No contexto externo:

- Debilidade frente aos setores mais dinâmicos da cadeia agroalimentar.
- Mudanças das políticas públicas para o setor e enfraquecimento das relações com o Estado.

Estratégia de atuação do cooperativismo empresarial

- Mobilização, organização e capacitação dos associados para a autogestão.
- Busca de autonomia frente ao Estado. (DUARTE & WEHRMANN, 2006, p.21)

Segundo Bialoskorski Neto (2000), a participação na cooperativa e a subscrição de quotas-partes geram o direito de uso dos serviços prestados pela organização. Mas como a cooperativa é um bem comum do grupo social, e não há uma divisão clara entre a propriedade e o controle, esta empresa é induzida a uma situação em que este direito seja difuso para o grupo que não participa diretamente do controle e da gestão do empreendimento. Essa situação particular pode gerar ações oportunistas por parte dos associados de duas formas diferentes, a primeira, favorecendo determinado grupo dentro da coalizão de interesses, e a segunda fazendo com que aqueles que vêem o seu direito expropriado procurem outras vias

de transação em detrimento da sua cooperativa. (NETO & SOUZA & GARCIA, 2006, p.145)

Segundo Zylbersztajn as organizações grandes demandam maior complexidade gerencial e portanto há ganhos com a especialização e com a separação entre a propriedade e o controle da empresa. Esta não separação introduz ineficiências. As funções de inicialização e implementação estratégica podem ser exercidas por agentes especializados e monitorados pela gestão. E as decisões estratégicas e a ratificação das propostas serem exercidas por um conselho. (ZYLBERSZTAJN, 2002, p.57 – 61)

“Dado que o controle é de difícil exercício, existem fortes incentivos, motivados pela existência de rendas associadas ao exercício de cargos executivos, que são disputados pelos membros da cooperativa. Nessas ocasiões, a definição da composição da diretoria executiva obedece a outro critério, não necessariamente ligado à eficiência. Isto acentua as assimetrias de informações entre os cooperados e a cooperativa, o que leva, muitas vezes, a um afastamento do cooperado das assembleias e comissões, cujo papel seria o de monitorar as ações da diretoria. Esta situação é observada em cooperativas onde o grupo no poder se perpetua, dissociado da sua performance.” (*Ibid*, 2002, p.62)

Algumas estratégias possíveis para a solução de tais problemas passariam por sistemas de auditoria internos e externos, pela plena abertura das informações e pelo aperfeiçoamento de mecanismos de acompanhamento fino das informações gerenciais, permitindo tomar decisões de melhor qualidade pela gestão da organização, bem como do próprio cooperado a ela conectado. Estratégias como estas possibilitam perceber com maior clareza, a situação e as potencialidades da cooperativa, o que pode facilitar a sua participação em negócios complexos que envolvam diversos agentes, e sobretudo evitando que cooperados saiam da cooperativa e sua consequente descapitalização. (ZYLBERSZTAJN, 2002, p.66-68)

Deve-se considerar que no Brasil, em uma cooperativa, as quotas-partes não são negociáveis, por definição na Lei nº 5.764 (legislação de 1971 que rege os empreendimentos cooperativistas no Brasil), fazendo com que na prática não exista o direito de alienação do ativo⁵ do qual esse associado é proprietário; desta forma, a aplicação de recursos de capital na cooperativa não se constitui como uma reserva de valor para o associado, apesar de que este pode reaver o seu capital corrigido por uma taxa limitada de juros no caso da sua desistência de participação na organização. Em outros países, esses problemas também ocorrem e originaram cooperativas com uma nova relação em seus direitos de propriedades, chamadas de Nova Geração de Cooperativas (NGC), nestas os direitos de uso da planta processadora cooperativa são passíveis de transferência e alienação; assim, há a garantia de que os

5 “inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;” segundo o Cap. II, Art. II, inciso IV da Lei nº 5.764. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acessado em 22 jul.2011.

investimentos efetuados sejam um reserva de valor para os cooperados. (NETO & SOUZA & GARCIA, 2006, p.145-146)

“No Brasil, segundo Bialoskorski Neto (2004), além da melhoria em aspectos de estratégias organizacionais, há ainda a necessidade de modificação do ambiente institucional, por meio de uma nova legislação que possa contemplar:

- a) o monitoramento de sociedades cooperativas;
- b) a certificação destas sociedades;
- c) as formas alternativas de capitalização;
- d) as arquiteturas e as alianças organizacionais flexíveis.” (Ibid, 2006, p.146)

As experiências internacionais nos mostram que as cooperativas agropecuárias de outros países estão empenhadas na procura de alternativas para o básico problema do cooperativismo que é a capitalização, e têm encontrado soluções e respostas aparentemente viáveis sem fazer com que percam a sua identidade doutrinária. (Ibid, 2006, p.147)

“No Brasil, uma sociedade de características culturais diferenciadas, estas soluções não poderiam aparecer sem um ajuste de estratégia à nossa dinâmica organizacional, bem como sem que tenhamos que modificar a legislação em vigor. Este último ponto talvez seja o mais importante; há de se ampliar hoje a visão de cooperativismo no legislativo nacional de forma a entender que a prioridade não é uma “nova” Lei nº 5.764, pois esta legislação aparentemente se basta, mas sim avançar em uma nova frente complementar de reforma das regras financeiras para as cooperativas, e assim oferecer um ambiente institucional que permita a emissão de títulos, a abertura de capital, a autogestão transparente e profissional, e até a presença do investidor nas organizações cooperativas.” (NETO & SOUZA & GARCIA, 2006, p.147-8)

Sabemos que valores e práticas diferentes permeiam todos os âmbitos da existência, entre eles o campo econômico e legislativo, e que as propostas de legislação complementares citadas acima não seriam, necessariamente, do interesse para o fortalecimento das cooperativas de resistência e da economia solidária. Esta é uma questão que demanda aprofundamento e pesquisas a serem realizadas posteriormente.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁶ a lei brasileira traz muitas dificuldades para quem quer viver da Economia Solidária, ainda mais se comparado às empresas capitalistas, que vivem somente da exploração e do lucro. Isso acontece, principalmente, por que o Estado Brasileiro dificulta ao trabalho associado e às formas organizativas baseadas na Economia Solidária o acesso a financiamento público, assessoria técnica e divulgação na sociedade. Para fortalecer esta proposta de desenvolvimento justo, sustentável, diverso e solidário, foi criada a Campanha pela Lei da Economia Solidária. O objetivo da Campanha é conseguir criar a primeira lei brasileira que reconheça o direito ao trabalho associado e apoie as iniciativas da economia solidária, dando espaço para as pessoas

6 Disponível em <<http://cirandas.net/leidaecosol>>. Acessado em 08 out..2011.

poderem se organizar em cooperação, com justiça e preservação ambiental.

Uma experiência internacional que requer um olhar posterior mais atento para se pensar diversas questões, entre elas a da autogestão e da complexidade administrativa poderia ser por exemplo a Corporação Cooperativa de Mondragón que trata-se provavelmente do maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. Segundo Singer, no ano de 2000, a Mondragón Corporación Cooperativa (MCC) estava em franca expansão, ela tinha 53.377 postos de trabalho, com um crescente ritmo de expansão nos últimos anos: 1997 – 34.397; 1998 – 42.129; 1999 – 46.861. Nestes últimos quatro anos, o nível de ocupação de Mondragón cresceu 55%. (SINGER, 2002, p.104-5). Em 2011 segundo o site da instituição há 83.000 postos de trabalho, 9.000 alunos e 85% dos trabalhadores industriais são cooperativistas.⁷

As autênticas cooperativas de compras e vendas são sempre formadas por pequenos e médios produtores, que podem ser agricultores, taxistas, caminhoneiros, comerciantes, profissionais liberais etc. Elas cumprem papel importante, pois em vários ramos a melhor tecnologia exige grandes investimentos em capital fixo, que podem ser subdivididos entre muitos estabelecimentos pequenos. Não é viável, por exemplo, que cada pequeno agricultor possa comprar trator, ceifadeira e outros equipamentos valiosos. Isso o impede de mecanizar sua lavoura e, portanto, de resistir à competição compulsória imposta modo de organização da economia, resistir sobretudo à competição com grandes produtores, cujas dimensões justificam e viabilizam o referido investimento. Para não serem expulsos do mercado, os pequenos e médios produtores têm de se unir e fazer o investimento em capital fixo *em conjunto*. O trator, a ceifadeira etc. adquiridos pela cooperativa são postos à disposição de cada membro, por um tempo, de modo que os seus custos de produção se equiparam aos dos grandes proprietários.

“No caso da agricultura, há ganhos de escala importantes a serem realizados também mediante a venda em comum das colheitas. Geralmente, os compradores dos produtos agrícolas são grandes firmas atacadistas ou indústrias processadoras, que frequentemente adiantam dinheiro ao camponês em troca do compromisso de venda da sua colheita. Estas são transações altamente assimétricas, em que numerosos pequenos produtores se defrontam com poucos grandes adquirentes. Estes últimos alcançam grandes margens de lucros de intermediação, porque sua superioridade econômica lhes permite pagar o mínimo aos produtores e cobrar o máximo aos varejistas, que tendem a ser pequenos e numerosos

também.” (SINGER, 2002, p.84)

“Em termos de participação das cooperativas agrícolas na receita agrícola nacional, o primeiro lugar é da Islândia (considerada a mais completa economia cooperativa do mundo), seguida pela Dinamarca e demais países escandinavos. Na França, 90% dos agricultores pertencem a cooperativas, (...) elas controlam cerca de metade da indústria de alimentos do país. Na Alemanha, quase todo agricultor, horticultor e cultivador de vinha é membro de uma ou mais das 5 mil cooperativas, que manejam mais da metade das compras e das vendas dos agricultores e empregam 120 mil trabalhadores qualificados. Dados análogos são apresentados pelos demais países da Europa Ocidental e Central.” (Birchall, 1997, p.109-112 apud SINGER, 2002, p.86)

As cooperativas agrícolas também preponderam na América do Norte e têm forte presença na maioria dos países da América Central e do Sul e da Ásia. No Brasil, segundo os dados de 1997, o valor das vendas das 1.378 cooperativas agrícolas alcançaram 12 bilhões de dólares, o número de seus membros era de cerca de 1 milhão e de seus empregados é de 150 mil. Os membros produziam 17% da produção vegetal vendida no atacado. As cooperativas agrícolas brasileiras possuíam 900 fábricas processadoras: moinhos de trigo, destilarias, fábricas de óleo vegetal, arroz, café e sementes. (Birchall, 1997, p. 205-6 apud SINGER, 2002, p.86)

O movimento cooperativista da agricultura familiar^{8,9,10} ganhou força no início dos

8 Na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em 23 jul.2011.

9 Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. O tamanho do módulo fiscal, para cada município, está fixado na Instrução Especial/INCRA nº 20, de 1980. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%B3dulo_fiscal> . Acessado em 15 ago.2011.

anos 2000.

“Em 2003 esse setor do cooperativismo agregava 5.762 milhões de cooperados; 7.355 cooperativas singulares; 81 centrais; 76 federações; 13 confederações estaduais; 182 mil empregos; 6% do Produto Interno Bruto (PIB); 1.09 bilhões de dólares em exportações (OCB11, 2003) e 35% da produção agrícola nacional.” (DUARTE & WEHRMANN, 2006, p.22)

Em 1989 foram constituídas as primeiras cooperativas nas áreas de reforma agrária e em 1992 o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab). Esse movimento foi ganhando força e no ano de 2003, existia nove Cooperativas Centrais Estaduais, 81 Cooperativas de Produção, Comercialização e Serviços, duas Cooperativas de Crédito e 30 Unidades de Agroindustrialização vinculadas aos assentamentos em todo país.

A forte relação entre o cooperativismo, especialmente o novo cooperativismo e a economia solidária – que no Brasil movimenta aproximadamente mais de 24 mil empresas administradas pelos próprios trabalhadores, tem sido salientada em inúmeros trabalhos: Costa, 1986¹²; Desroche, 1987¹³; Bonaparte, 1993¹⁴; Arruda, 1997¹⁵; CONCRAB, 1997¹⁶; Singer & Souza, 2000¹⁷. (DUARTE & WEHRMANN, 2006, p.23)

A tabela abaixo, nos permite visualizar a distribuição dos diferentes setores do cooperativismo no Brasil com destaque para o cooperativismo agropecuário, de crédito, de trabalho e de transporte:

Números do Cooperativismo por Ramo de Atividade (31/DEZ/2010)			
Ramo de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349

10 Um hectare é uma unidade de medida de área equivalente a um quadrado cujo lado é igual a cem metros, ou seja é igual a 10.000 m². Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hectare>>. Acessado em 15 ago.2001.

11 OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras.

12 COSTA, Fernando Ferreira da. *As cooperativas e a economia social*. Lisboa: Horizonte, 1986, 119p

13 DESROCHE, H. *Mouvement coopératif et économie sociale en Europe*. *La Revue de L'Economie Sociale*, n.3, p. 59-87, 1987

14 BONAPARTE, H.M. *Frente al neoliberalismo: cooperativas post modernas?* Revista del Instituto de la Cooperación, n.81, p.337-386, 1993

15 ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *Proposta*, n.74, p.6-17, 1997. Disponível em <www.alternex.com.br/~pacs/index.html>. Acessado em 25 jul.2011.

16 CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB). Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, São Paulo, n.5, 1997.

17 SINGER, P.; SOUZA, A.R. de. (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.

Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infra-estrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e Lazer	31	1.368	32
TOTAIS	6.652	9.016.527	298.182

Fonte: Organizações Estaduais e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Brasília, 2010. Elaboração: OCB/ Gemerc.18

“Pode-se-ia imaginar que países predominantemente agrícolas, em que a maior parte da produção agrícola e agroindustrial está nas mãos de cooperativas, como a Islândia, a Dinamarca ou a Irlanda, seriam formações socioeconômicas “solidárias” no sentido de que o maior modo de produção, em cada um destes países, seria a economia solidária. Infelizmente, não é o caso.” (SINGER, 2002, p.87)

O cooperativismo agrícola, tanto nestes países como nos demais, nem sempre é solidário, como dito acima e quando o é, é quase sempre apenas no relacionamento dos sócios entre si, ou seja, os membros das cooperativas praticam a democracia no governo das mesmas, mas organizam suas atividades de modo capitalista. A compra e revenda de insumos, a coleta e o processamento dos produtos dos agricultores associados e a sua venda são realizados por assalariados. Conforme relatado acima, no ano de 1997, as cooperativas agrícolas na França tinham 120 mil empregados e as do Brasil 150 mil. As relações sociais de produção nas cooperativas são, portanto, capitalistas, ou seja, caracterizam-se pela desigualdade e pelo antagonismo entre patrões e empregados. (*Ibid*, 2002, p.87).

O cooperativismo de compras e vendas só pode se constituir num modo de produção alternativo ao capitalismo quando estender a democracia e a igualdade à totalidade dos que nele trabalham. Isto significa superar a divisão de classes que separa os produtores, pequenos e grandes, como proprietários do capital cooperativo, dos trabalhadores que lhes prestam serviços de intermediação e de produção em troca de salários. Significa uma apropriação e distribuição igual dos benefícios. (*Ibid*, 2002, p.88)

Segundo Duarte e Wehrmann (2006) a literatura sobre o novo cooperativismo aponta para limites e possíveis contradições, das quais podemos assinalar:

No contexto interno

- Restrição da atual Lei do Cooperativismo (Lei 5.764 de 1971)
- Falta de legislação específica
- Limites de crédito e dificuldade de comercialização dos produtos

No contexto externo

- Setores estratégicos da economia brasileira em mãos de grandes empresas
- Drenagem de grande parte dos recursos gerados pela economia solidária
- Integração da economia solidária ao sistema de mercado e à lógica capitalista
- Tutela do Estado

Estratégia de atuação do cooperativismo “de resistência”

- Busca de autonomia frente ao Estado
- Representação política e fortalecimento econômico do MST e da agricultura familiar

“Apesar dessas contradições e limites, teoricamente, é de se esperar que o cooperativismo agrícola, como movimento social e como modelo de organização de pessoas em prol de interesses comuns, possa manter e direcionar cada vez mais sua força articuladora e potencializadora, que tanto tem beneficiado o agronegócio, para a sustentabilidade da agricultura familiar.” (DUARTE & WEHRMANN, 2006, p.24)

O cooperativismo é uma das alternativas para a sustentabilidade da agricultura familiar, frente aos desafios impostos pela globalização. “É preciso considerar que a abertura de mercados ao comércio e o deslocamento de empresas para países de trabalho barato são mudanças estruturais que tendem a se esgotar no tempo.” (SINGER, 2002, p.113)

“Entretanto, cabe lembrar que para isso são necessárias estratégias que permitem novos estilos de governança e uma maior participação dos associados nas cooperativas. Dentre as estratégias que a Concrab¹⁹ desenhou para o cooperativismo “de resistência”, cabe destacar suas propostas para que esse cooperativismo torne-se um setor diferenciado na produção agrícola nacional:

- diversificação da produção rural, com ênfase nos mercados locais e em outra matriz tecnológica, com orientação para a agroecologia²⁰, de maneira conservacionista²¹;
- essas cooperativas tornar-se-iam as instâncias de discussão, de divulgação, e por que não, de formação de valores humanos de justiça e equidade social.

Por se tratar de um projeto ousado, o cooperativismo “de resistência” sabe que precisa contornar grandes dificuldades que as realidades nacional e internacional lhe apresentam. Com relação aos próprios atores, um dos elementos que mais emperram o crescimento

19 Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. E-mail: concrab@uol.com.br

20 A agroecologia consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. O termo pode ser entendido de diversas formas: como ciência, como movimento e como prática. Nesse sentido, a agroecologia não existe isoladamente, mas é uma ciência integradora que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroecologia>>. Acessado em 15 ago.2011.

21 O Conservacionismo é um movimento político, social e científico que tem como objetivo a proteção dos recursos naturais do planeta, incluindo espécies animais e vegetais, assim como os seus *habitats* para o futuro. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conservacionismo>>. Acessado em 15 ago.2011.

desse setor é a falta quase total de formação dos cooperados.

O fato de esses atores não possuírem a formação adequada, contribui para que se reproduzam os modelos de divisão de trabalho, não compatíveis, na maioria das vezes, com as ações cooperativas e/ou coletivas.” (DUARTE & WEHRMANN, 2006, p.27)

c.PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

“Na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando: menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos. Mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais (com carteira de trabalho assinada) um padrão de vida de classe média.” (SINGER, 2002, p.110)

Este avanço se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania “social” que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção. (*Ibid*, 2002, p.110)

Com o avanço do desemprego, sobretudo estrutural, a situação de alguns trabalhadores que continuaram empregados piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. A instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão também se intensificou.

É nestas condições que a economia solidária pode ter uma força cada vez maior. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue esse “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (*Ibid*, 2002, p.110-111) Não se trata apenas de melhorar a situação do assalariado mas de eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão. Organizar integrada e cooperativamente toda a produção, a distribuição e o consumo.

Apesar de alguns estarem “reconciliados” com o capitalismo, muitos outros sentem-se desafiados a buscar um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos. (*Ibid*, 2002, p.111)

“O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo

público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc.” (*Ibid*, 2002, p.112)

“A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor*. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.” (*Ibid*, 2002, p.115)

A grande aspiração que, desde os seus primórdios, sempre animou a economia solidária tem sido superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta naqueles que se encontram mergulhados na lógica competitiva e individualista do capitalismo. (*Ibid*, 2002, p.115)

Um traço característico da economia solidária é negar a aceitar a divisão da sociedade em uma esfera econômica e uma esfera política. A aceitação de uma esfera econômica separada implica o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como força organizadora da sociedade. (*Ibid*, 2002, p.115)

A economia solidária é a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas *racionais* de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros.

“A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal.” (*Ibid*, 2002, p.116)

Com o crescimento, a economia solidária pode constituir um todo auto-suficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada – o chamado *consumo solidário*, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários. Já existe um movimento nesse sentido, promotor do

comércio “justo” (*fair trade*) que procura convencer o público de que deve comprar não em função do seu proveito individual (a melhor mercadoria em termos de preço e qualidade), mas em função do modo como bens e serviços são produzidos.

Euclides Mance escreve:

“Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de *promover o bem-viver da coletividade* (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais etc.) é o que denominamos aqui como *consumo solidário*”. (Mance, 2000, p. 30 apud SINGER, 2002, p.118)

Queiramos nós que a economia solidária avance cada vez mais. Além das iniciativas de grupos e indivíduos independentes e de movimentos sociais diversos, as prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), a Anteag²², a UNISOL²³, a Fundação Unitrabalho²⁴, e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. O objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo. (SINGER, 2002, p.124)

22 ANTEAG.. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. <http://www.anteag.org.br/> - e-mail: contato@anteag.org.br

23 UNISOL Brasil - União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil. <http://www.unisolbrasil.org.br/inicio.wt> - e-mail: unisol@unisolbrasil.org.br

24 A Unitrabalho é uma rede nacional de universidades que apoia a busca de melhores condições de vida e trabalho. <http://www.unitrabalho.org.br/> - e-mail: geral@unitrabalho.com.br

CONCLUSÃO

O desafios não são poucos e entre eles está o de construir uma democracia que seja a expressão soberana da vontade popular e que a vontade popular seja o bem comum. Construir uma democracia que seja capaz de resolver os problemas fundamentais da sociedade. Somente com uma genuína participação dos cidadãos nos processos de formação de vontade política, isto é, uma democracia substantiva podemos nos conscientizarmos das contradições entre a produção socializada administrativamente e a contínua apropriação e uso privados da mais-valia. “A fim de manter esta contradição longe de ser objeto de discussão, então o sistema administrativo precisa ser suficientemente independente da formação da vontade legitimante.” (HABERMAS, 1994, p.51) Em lugar desta sociedade, com suas classes e antagonismos podemos criar uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos. (MARX e ENGELS, 1848, pp. 41- 44)

Somente a tentativa de “resolução” prática, isto é a atividade histórica dos “indivíduos livremente associados” na busca de sua emancipação concreta possibilitará compreender os reais limites impostos pelas relações sociais e políticas existentes.

“A permanência histórica da ordem do capital no século XXI depende, como sempre, de que a subjetividade potencialmente antagônica do trabalho permaneça imersa nas engrenagens objetivas e subjetivas que asseguram a “naturalização” das relações sociais de produção, propriedade e poder na sociedade e no Estado do capital.(...) A ativação do poder social da ideologia crítica e emancipatória exerce aqui um papel central: em meio à destruição das bases naturais da vida, entramos numa época histórica em que a formação de processos contra-hegemônicos só poderá ser bem-sucedida, na “imensidão de suas tarefas”, se ela for capaz de questionar a totalidade histórica das estruturas produtivas e reprodutivas que determinam a marcha cada vez mais acelerada do processo autodestrutivo em curso.” (DANTAS, R., 2008, p.107)

É impossível tornar reais as potencialidades de que está carregado nosso tempo histórico sem ativar o poder da ideologia emancipadora. Sem esta, as classes trabalhadoras dos países capitalistas avançados não serão capazes de se tornar “conscientes de seus

interesses”, muito menos de “lutar por eles” - em solidariedade e espírito de efetiva cooperação com as classes trabalhadoras das “outras” partes do planeta – até uma conclusão positiva. (MÉSZÁROS, 2004, p.546)

As lutas pela conquista e ampliação de direitos, por uma melhor condição material de vida para a classe trabalhadora (redução da jornada de trabalho, emprego pleno, fim das terceirizações, aumento salarial,...) devem se tornar indissociáveis da luta pela superação da sociedade de classes pelo grande desafio da apropriação consciente dos processos produtivos e reprodutivos pelos trabalhadores livremente associados, ou seja a abolição da relação patrão-empregado, do assalariamento, a divisão, não apenas generosa, mas equitativa dos resultados e o fim do ser humano enquanto mercadoria.

“Certamente é verdade que em todas as sociedades os homens tratam a si mesmos *também* como instrumentos de produção – e não há nada de errado nisso - , mas apenas sob o domínio do capital é que o homem é tratado como uma *mercadoria*, o que faz toda a diferença. Em outras palavras, para colocar um prego em um pedaço de madeira tratamos *nossos braços e mãos como instrumentos* de nossa atividade produtiva autocontrolada, mas não como *mercadorias*, o que o *homem inteiro* inevitavelmente se torna quando é obrigado a trabalhar (como força de trabalho controlada por outros) em uma fábrica capitalista.” (MÉSZÁROS, 2004, p.150)

O objetivo não pode ser menor do que ter o *controle efetivo* total, pelos produtores associados, das condições de sua própria vida – e, em primeiro lugar, a transformação das relações sociais dominantes de produção e distribuição -, para que seja possível realizarem os objetivos estabelecidos por eles próprios. (*Ibid*, 2004, p.122).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985

ALEXY, Robert. Eine Theorie des praktischen Diskurses, in: W. Oelmüller, Editor, Normenbergründung und Normendurchsetzung, Schöningh, Paderbonr, 1978, 37 apud HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Brasília, 30 de março de 2010, Rede Jubileu Sul. e-mail: auditoriacidada@terra.com.br. www.divida-auditoriacidada.org.br

BARKIN, David e outros. *Manifesto Ecosocialista Internacional*. Brasil. 2003. Disponível em: www.terrazul.m2014.net/IMG/pdf/manifesto_ecosoc_int.pdf. Acessado em 05 out. 2001.

BENVINDO, J. Z. “Será que a Comunicação Emancipa? Tópicos para Reflexão Social e Jurídica da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas”, em MILOVIC e Outros, *Sociedade e Diferença*, Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acessado em 23 jul.2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acessado em 22 jul.2011.

CAMPANHA PELA LEI DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em:<http://cirandas.net/leidaecosol>. Acessado em 08 out.2011.

CONSTANTINO, Renato. Neo-Colonial Identity and Counter-Consciousness: Essays in Cultural Decolonization, Londres, Merlin Press, 1978 apud MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____, Renato. The Nationalist Alternative, edição revista, Quezon City, Foundation For Nationalist Studies, 1986 apud MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____, Renato. Synthetic Culture and Development, Quezon City, Foundation for Nationalist Studies, Inc., 1985 apud MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

DANTAS, Gilson. *Democracia Liberal do Nosso Tempo: o fim da política*. Brasília: Centelha Cultural, 2008.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja Coutinho (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, pp. 91-118.

DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. (pp13-28) In: SABOURIN, Eric. (org.) *Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural*. - Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23, 2006. Disponível em: <http://www.neagri.unb.br/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2023.pdf>

EMMANUEL, Arghiri. Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade, Nova York, Monthly Review Press, 1972 apud MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1, 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, J. “Agir comunicativo e razão destranscendentalizada.” Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, apud BARBOSA, L.A. de A. “Anotações sobre a pragmática universal de Jürgen Habermas e seu uso na reflexão sobre o direito”, em MILOVIC e Outros, *Sociedade e Diferença*, Brasília, 2006.

_____. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. In: Niklas Luhmann: anfkurt: Suhrkamp 1971, 101-141 apud HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. Vorbereitende Bemerkungen zu einer Theorie der kommunikativen Kompetenz. In: Jürgen Habermas & Niklas Luhmann, *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1971, 101-141 apud HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

HORKHEIMER, Max, *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

KOHLBERG, L. The Claim to Moral Adequacy of a Highest Stag of Moral Judgement, in: *Journal of Philosophy* 70, 1973, apud HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

MANCE, Euclides. *A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Vozes, 2000 apud SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MARX, Karl, *Crítica do Programa de Gotha*, 1875. Moscovo : Edições Progresso Lisboa, 1982. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>>. Acessado em: 22 mar.2010.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 11ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

_____. Collected Works, Londres, Lawrence & Wishart, 1975, vol. 5. apud Marx, “Contribuição to Critique of Hegel's Philosophy of Law. Introduction”, Marx e Engels, Collected Works, Londres, Lawrence & Wishart, 1975, v.3, apud MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O Manifesto Comunista (1848)*. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Disponível em <www.jahr.org>. Acessado em 22 mar.2010.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro 1*. Volume I. O Processo de Produção do Capital. 26ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro 1*. Volume 2. O Processo de Produção do Capital. 18ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Mc CARTHY, T. Kritik der verständigungsverhältnisse. Frankfurt, 1980. apud HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

MCC. Mondragón Corporación Cooperativa. Disponível em: <<http://www.mcc.es/>>. Acessado em 15 ago. 2001.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital - Rumo a uma teoria da transição*. Editora da UNICAMP, 2002.

_____. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOODY, J. Carrol e FITE, Gilbert C. The Credit Union Movement: Origins and Development 1850-1970. Lincoln, University of Nebraska Press, 1971 apud SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

NETO, Sigismundo Bialoskorski; SOUZA, Juliana Vilela Prado de; GARCIA, Laura Fernandes. Cooperativas de Leite no Brasil: Estratégias e Tendências. In: NEVES, Marcos Fava e CÔNSOLI, Matheus Alberto (org.) *Estratégias para o Leite no Brasil*. Editora Atlas, São Paulo, 2006.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Números do cooperativismo. Brasília, 2010. Disponível em http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/numeros_do_cooperativismo_2010.pdf .Acessado em 25 jul.2011

ROOSEVELT, Franklin Delano, em *Nothing Fear: The Selected Addresses of F.D. Roosevelt 1932-1945*, Londres, Hodder & Stoughton, 1947, MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo, 2006. Alameda

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPIVAK, G. C. Foreword: Upon Reading The Companion to Postcolonial Studies". 2000. tradução: Sandra Regina apud SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* 1ª edição. Editora UFMG, 2010.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3ª Edição. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1983.

WELLMER, A. Praktische Philosophie und Theorie der Gesellschaft. In: Oelmüller, W. (ed.). Normen Und Geschichte. Paderborn, 1986 apud MÍLOVIC, M. *Filosofia da Comunicação – Para uma Crítica da Modernidade*. Brasília: Editora Plano, 2002.

WIKIPEDIA. *Hectare*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hectare>>. Acessado em 15 ago.2011.

_____.*Módulo Fiscal*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%B3dulo_fiscal>. Acessado em 15 ago.2011.

_____.*Agroecologia*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroecologia>>.Acessado em 15 ago.2011.

_____.*Conservacionismo*. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conservacionismo>>. Acessado em 15 ago.2011.

_____.*Hectare*. Disponível em<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hectare>>. Acessado em 15 ago.2001.

_____.*Reificação*. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Reifica%C3%A7%C3%A3o_%28marxismo%29. Acessado em 09 ago.2011.

YUNUS, Muhammad (com a colaboração de Alan Jolis). Hacia un mundo sin pobreza. Santiago de Chile, Andrés Bello, 1998 apud SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZYLBERSZTAJN, Décio. *Quatro estratégias Fundamentais para Cooperativas Agrícolas*. Working Paper N° 02.017. 2002.